



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Cametá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Cametá x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Cametá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

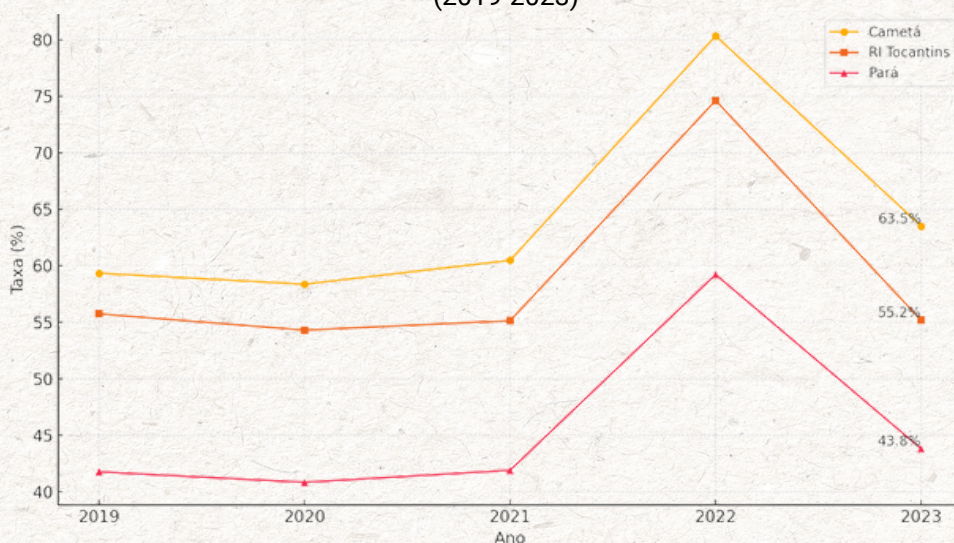


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Cametá e na Região de Integração (RI) Tocantins manteve-se relativamente estável, com uma leve tendência de aumento apenas em 2021. Cametá apresentou taxas em torno de 59% em 2019, ligeiramente reduzindo em 2020 para 58%, e retomando a subida em 2021 para cerca de 61%. A RI Tocantins apresentou comportamento similar, mas em um patamar mais baixo, variando de 56% em 2019 para cerca de 55% em 2021. O estado do Pará, por sua vez, manteve taxas bem menores, iniciando em 41,7% em 2019, caindo para 40,6% em 2020 e subindo levemente para 41,7% em 2021 (Gráfico 1).

Em 2022, houve um forte aumento da taxa de pobreza nos três níveis territoriais analisados. Em Cametá, a taxa disparou para 80,3%, representando um salto expressivo e abrupto em relação aos anos anteriores. A RI Tocantins também sofreu alta significativa, atingindo 74,6%, enquanto o estado do Pará chegou a 59,2%. Este pico pode estar associado a efeitos econômicos e sociais acumulados pela pandemia de COVID-19, como retração de empregos e queda na renda familiar, impactando com mais força os territórios mais vulneráveis (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em 2023, observa-se uma recuperação parcial: a taxa de pobreza em Cametá recuou para 63,5%, ainda acima dos níveis pré-pandemia, mas indicando tendência de melhora. A RI Tocantins também reduziu a taxa para 55,2%, e o estado do Pará para 43,8%. Apesar do recuo, os dados de 2023 mostram que o impacto de 2022 ainda reverbera, mantendo as taxas de pobreza mais elevadas que em 2019-2021, sugerindo que a recuperação socioeconômica tem sido gradual e ainda insuficiente para restaurar o padrão anterior (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No indicador de despesas públicas com serviços essenciais, Cametá sempre se manteve em patamar superior em comparação à RI Tocantins e ao estado do Pará no período 2019-2023. Em 2019, Cametá registrava um percentual de 78,9%, que caiu levemente para 77,9% em 2020, mas voltou a subir em 2021 para 79,3%. Em paralelo, a RI Tocantins permaneceu praticamente estável em torno de 71%, e o estado do Pará oscilou entre 62,8% e 60,4%, apresentando uma tendência de leve queda nesse primeiro triênio (Gráfico 2).

O ano de 2022 marcou o ápice dos gastos em Cametá, com o percentual atingindo 82%, demonstrando um aumento robusto no investimento em serviços essenciais, possivelmente em resposta às demandas sociais ampliadas pela crise da pandemia. Na RI Tocantins, houve uma ligeira recuperação para 69,6%, mas no estado do Pará, o percentual continuou a declinar, atingindo 59,4%, o que pode indicar uma limitação fiscal ou uma priorização menor desse tipo de gasto em nível estadual (Gráfico 2).

Em 2023, Cametá apresentou

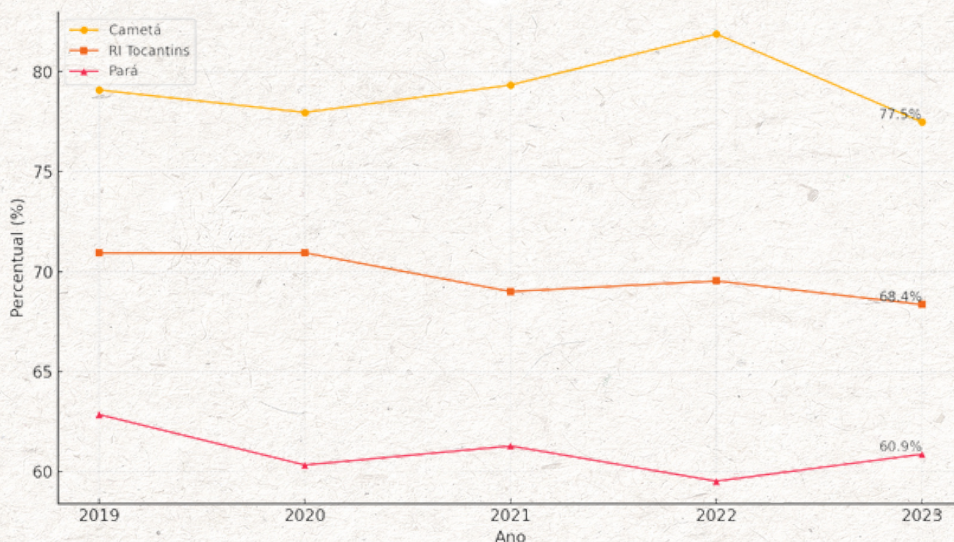
uma queda em relação ao pico de 2022, mas manteve um percentual elevado de 77,5%, ainda superior ao observado antes da pandemia. A RI Tocantins teve pequena redução para 68,4%, e o estado do Pará apresentou leve recuperação para 60,9%. Esses resultados sugerem que, apesar das flutuações recentes, Cametá conseguiu preservar níveis relativamente altos de investimento em serviços essenciais, o que pode ser um fator relevante para apoiar a retomada socioeconômica e reduzir os impactos sociais da pobreza, embora os



efeitos na taxa de pobreza ainda mostrem um cenário desafiador (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Cametá oscilou de forma moderada, iniciando em torno de 8% em 2019, subindo para 8,9% em 2020 e caindo levemente para 8,2% em 2021. Esse comportamento revela uma certa estabilidade inicial no indicador, mesmo diante dos efeitos socioeconômicos adversos provocados pela pandemia. Já a RI Tocantins e o estado do Pará mantiveram níveis mais constantes e ligeiramente inferiores, situando-se próximos a 8% ao longo desse mesmo período (Gráfico 3).

A partir de 2022, a prevalência de baixo peso ao nascer em Cametá apresentou um salto expressivo, atingindo 12,5% em 2022 e 14% em 2023, o que sinaliza um agra-

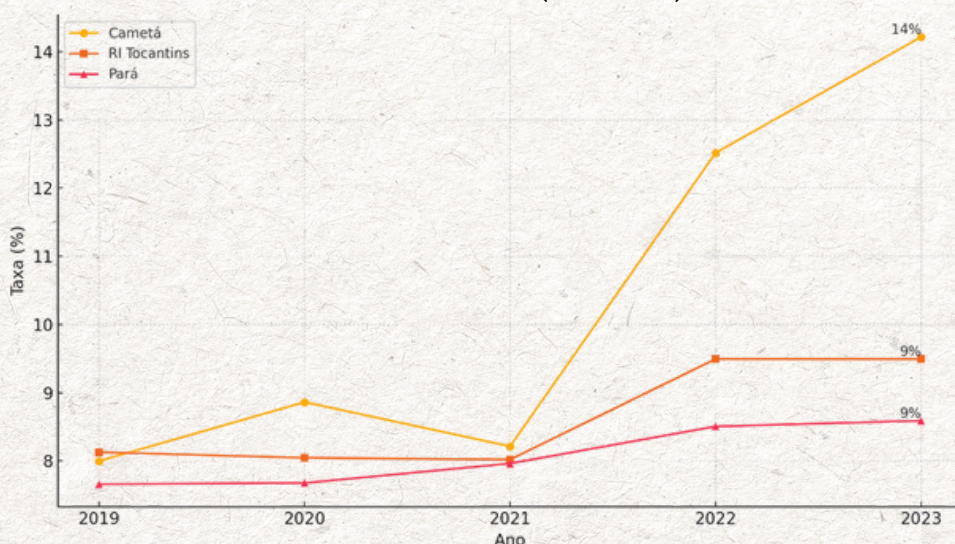
vamento importante das condições de saúde materno-infantil. Em contraste, na RI Tocantins e no estado do Pará, o aumento foi mais moderado, com ambos registrando taxas em torno de 9%. Essa disparidade indica que, em Cametá, fatores locais podem ter contribuído para piorar os indicadores de saúde neonatal de maneira mais acentuada, como dificuldades no acesso a serviços de saúde pré-natal ou agravamento das condições socioeconômicas (Gráfico 3).

Em 2023, a situação em Cametá se deteriorou ainda mais, com a prevalência chegando a 14%, consolidando a tendência de piora iniciada no ano anterior. Enquanto isso, a RI Tocantins e o estado do Pará mantiveram estabilidade

em 9%, o que reforça o fato de que o problema em Cametá é mais específico e grave. Este comportamento alerta para a necessidade de intervenções urgentes no município, voltadas à melhoria do acompanhamento de gestantes, combate à insegurança alimentar e fortalecimento da rede de atenção básica em saúde (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

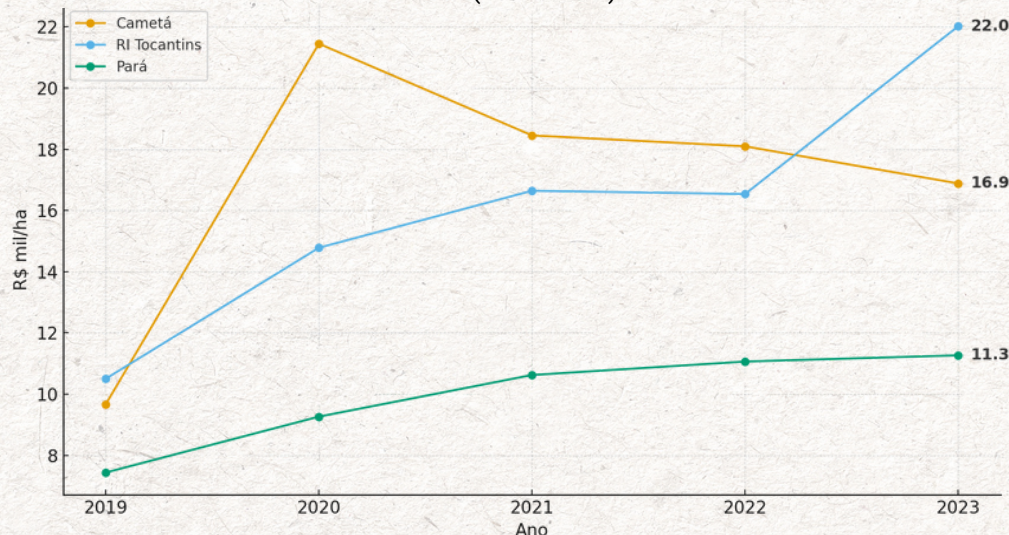
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Cametá registrou oscilações acentuadas entre 2019 e 2023. O índice passou de R\$ 9,7 mil/ha em 2019 para R\$ 21,7 mil/ha em 2020, refletindo um pico de crescimento. Nos anos seguintes ocorreu desaceleração, com R\$ 18,5 mil/ha em 2021, R\$ 18,0 mil/ha em 2022 e queda para R\$ 16,9 mil/ha em 2023. A trajetória demonstra sensibilidade às condições de mercado e de clima, sugerindo dependência de ciclos produtivos e menor estabilidade nas práticas agrícolas locais (Gráfico 4).

A Região de Integração Tocantins teve expansão contínua no mesmo período, saindo de R\$ 10,5 mil/ha para R\$ 22,0 mil/ha em 2023, enquanto o Pará passou de R\$ 7,3 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. Isso indica que Cametá, apesar de altos picos, perdeu fôlego em relação ao desempenho regional, o que pode refletir dificuldades de mecanização e menor diversificação das lavouras. Ainda assim, mantém produtividade acima da média estadual, destacando sua relevância agrícola na microrregião (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

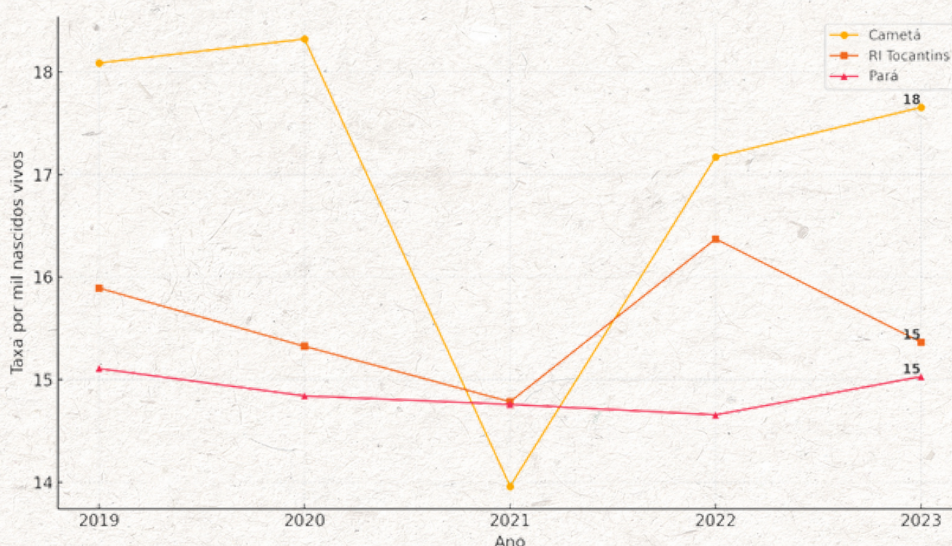
Entre 2019 e 2020, a taxa de mortalidade infantil em Cametá apresentou um leve aumento, passando de 18,1 para 18,3 óbitos por mil nascidos vivos. Em 2021, houve uma queda expressiva para 13,9, indicando uma melhora significativa nas condições de saúde infantil nesse ano. A Região de Integração (RI) Tocantins e o estado do Pará, por outro lado, apresentaram uma tendência de queda mais suave e constante no mesmo período, reduzindo as taxas de mortalidade de 15,9 para 14,8 e de 15,1 para 14,8, respectivamente, entre 2019 e 2021 (Gráfico 5).

No ano de 2022, Cametá voltou a registrar um aumento da taxa de mortalidade infantil, subindo para 17,2 óbitos por mil nascidos vivos. Esse comportamento foi acompanhado também pela RI Tocantins, que elevou sua taxa para 16,4, enquanto o estado do Pará manteve um patamar de relativa estabilidade, com uma leve redução para 14,6. O recrudescimento da mortalidade em Cametá e na RI Tocantins pode estar associado a fatores como dificuldades no acesso a serviços de saúde materno-infantil, agravadas possivelmente pelos efeitos persistentes da pandemia e pelas limitações estruturais locais (Gráfico 5).



Em 2023, a taxa de mortalidade infantil em Cametá continuou em alta, chegando a 18 óbitos por mil nascidos vivos, quase retornando aos níveis de 2019. A RI Tocantins e o estado do Pará estabilizaram-se em 15, o que mostra que, enquanto nessas regiões o problema parece ter sido relativamente controlado, Cametá enfrenta uma situação mais preocupante. Essa tendência reforça a necessidade de políticas públicas mais intensivas voltadas para a melhoria da saúde materno-infantil no município, especialmente no que diz respeito à ampliação do pré-natal de qualidade e dos serviços de atenção básica (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

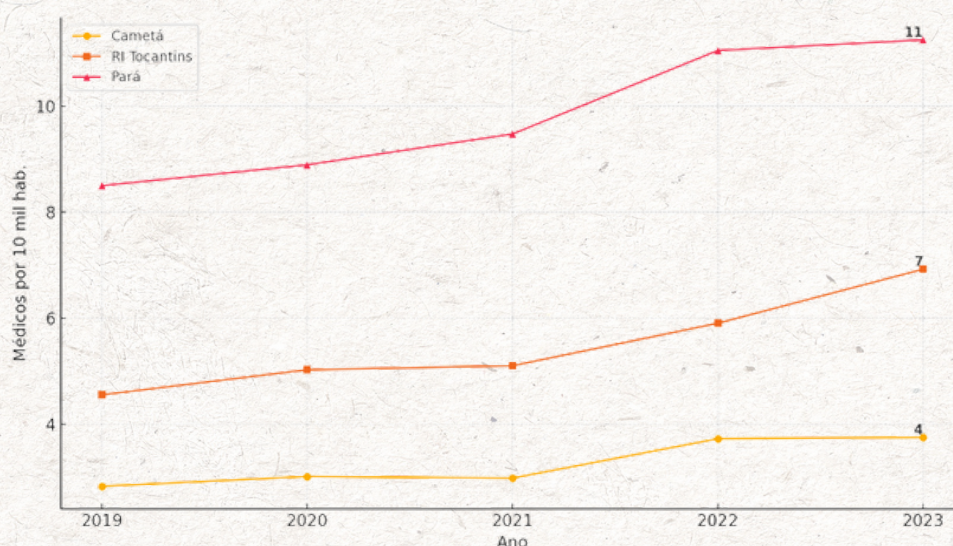
O número de médicos por 10 mil habitantes em Cametá apresentou uma trajetória de crescimento modesto entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com cerca de 2,8 médicos para cada 10 mil habitantes, subindo ligeiramente para 3,0 em 2020 e permanecendo estável em 2021. Comparativamente, tanto a RI Tocantins quanto o estado do Pará apresentavam proporções superiores já em 2019, com 4,6 e 8,5 médicos por 10 mil habitantes, respectivamente, evidenciando um maior adensamento de profissionais de saúde nessas regiões em relação a Cametá (Gráfico 6).

A partir de 2022, Cametá registrou um avanço mais significativo, alcançando 4 médicos por 10 mil habitantes, movimento que permaneceu em 2023, com a manutenção desse patamar. A RI Tocantins também cresceu, passando de 5,1 médicos em 2020 para 7,0 em 2023, demonstrando uma expansão contínua da oferta médica regional. O estado do Pará, por sua vez, exibiu uma melhoria consistente e robusta, atingindo 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023, o que revela um processo de ampliação da capacidade de atendimento em saúde pública em nível estadual, em ritmo mais acelerado que nos recortes municipais (Gráfico 6).



Apesar do crescimento observado em Cametá, o município ainda apresenta uma das menores densidades médicas da comparação, o que pode ser um dos fatores explicativos para as dificuldades no enfrentamento de problemas de saúde pública, como a alta taxa de mortalidade infantil e a piora nos indicadores de saúde neonatal observados anteriormente. O fortalecimento da presença de médicos e outros profissionais de saúde em Cametá é, portanto, essencial para garantir avanços sustentáveis nos indicadores de saúde da população local, devendo ser foco de políticas públicas e investimentos estratégicos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

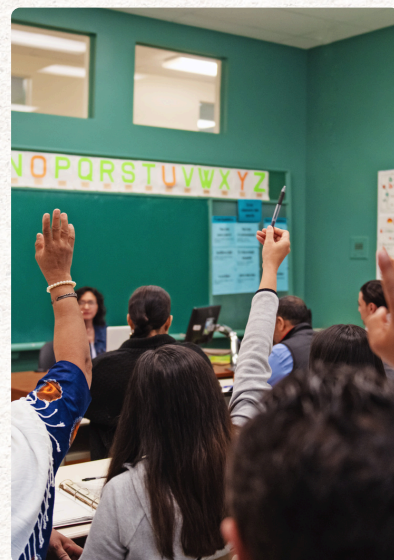
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de vagas no ensino público por mil habitantes em Cametá apresentou uma tendência de queda moderada. Em 2019, o município registrava aproximadamente 263 vagas por mil habitantes, valor que recuou para 253 em 2020 e manteve-se estável em 2021. A RI Tocantins acompanhou essa tendência de redução, caindo de 245 para 237 vagas nesse intervalo, enquanto o estado do Pará também sofreu uma leve diminuição, partindo de 211 para 208 vagas por mil habitantes, demonstrando uma dinâmica semelhante, ainda que em patamares inferiores (Gráfico 7).

Em 2022, observou-se uma pequena recuperação no número de vagas tanto em Cametá quanto na RI Tocantins e

no estado do Pará. Cametá elevou suas vagas para 258 por mil habitantes, a RI Tocantins para 246, e o Pará para 219. Esse crescimento pode estar relacionado a esforços de retomada pós-pandemia, visando suprir déficits educacionais e acomodar o retorno presencial dos alunos às escolas públicas. Ainda assim, o patamar de vagas permaneceu aquém dos níveis de 2019 para Cametá, indicando que a recomposição da capacidade educacional não foi total (Gráfico 7).

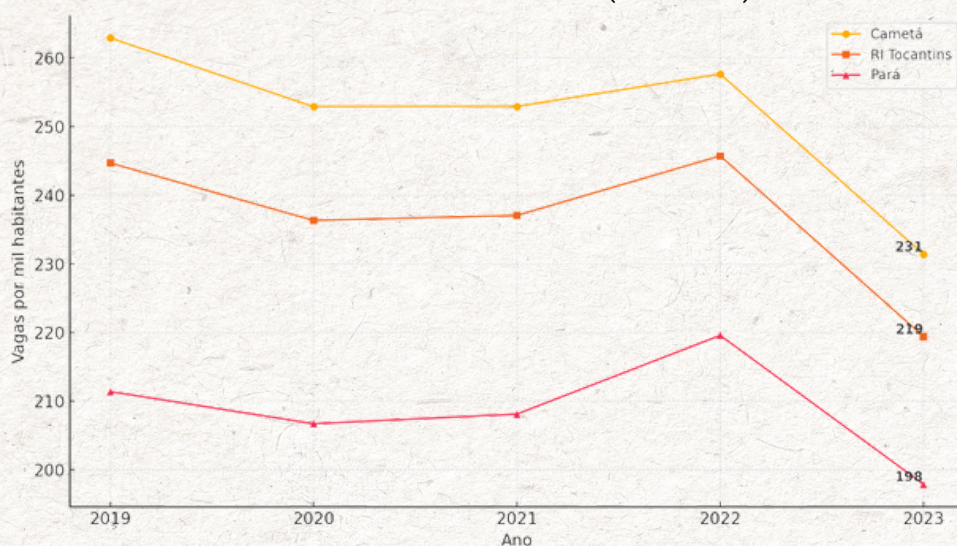
No entanto, em 2023, houve uma queda acentuada no número de vagas no ensino público. Cametá registrou 231 vagas por mil habitantes, a RI Tocantins 219, e o estado do Pará caiu para 198. A mag-



nitude da retração sugere a ocorrência de fatores estruturais mais fortes, como redução de matrículas, reorganização da rede escolar, ou restrições fiscais que impactaram a oferta de vagas. O recuo de Cametá foi consistente com as demais regiões, mas manteve a liderança em termos relativos, o que indica que, apesar da crise, o município preservou melhor sua capacidade de absorção educacional pública em comparação às médias regionais e estaduais (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 231 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

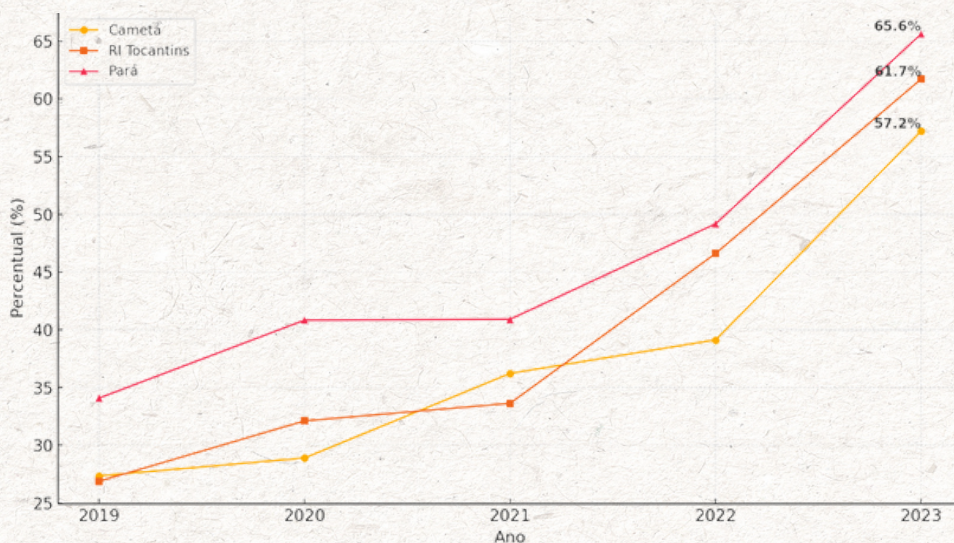
No indicador de acesso à internet nas escolas, Cametá apresentou uma evolução significativa entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 27% das escolas tinham acesso à internet, percentual semelhante ao da RI Tocantins (27%) e abaixo da média estadual do Pará (34%). Em 2020, Cametá avançou levemente para 29%, enquanto a RI Tocantins atingiu 32% e o Pará saltou para 41%. Esse crescimento, embora tímido, já indicava uma preocupação crescente com a conectividade escolar, acelerada pelos desafios do ensino remoto impostos pela pandemia (Gráfico 8).

Em 2021, a tendência de melhoria persistiu, com Cametá chegando a 36% das escolas conectadas. A RI Tocantins avançou mais lentamente para 34%, e o estado do Pará permaneceu estável em 41%. Em 2022, a evolução foi ainda mais notável: Cametá alcançou 39% de escolas conectadas, a RI Tocantins 46%, e o estado do Pará chegou a 49%. O salto registrado especialmente em 2022 pode ser interpretado como reflexo de políticas emergenciais de conectividade e da crescente percepção da importância da inclusão digital para a educação pública (Gráfico 8).

Em 2023, a conectividade nas escolas deu um grande salto em todas as regiões. Cametá atingiu 57,2% das escolas com acesso à internet, a RI Tocantins chegou a 61,7%, e o Pará atingiu 65,6%. Apesar de Cametá continuar apresentando percentual inferior ao da RI e do estado como um todo, o avanço foi expressivo, praticamente dobrando o patamar registrado em 2019. Esse comportamento evidencia a eficácia das ações de expansão da infraestrutura digital escolar, ainda que reste espaço para que Cametá alcance os níveis médios de conectividade observados na RI Tocantins e no estado do Pará (Gráfico 8).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Entre 2019 e 2021, Cametá apresentou uma taxa consistentemente nula de violência contra a mulher praticada por parceiros, com registros de 0 casos por 100 mil habitantes durante todo o período. Em contraste, tanto a RI Tocantins quanto o estado do Pará apresentaram taxas positivas, embora com oscilações: a RI Tocantins reduziu de 15,9 casos em 2019 para 13,6 em 2021, enquanto o Pará teve forte aumento, saltando de 12,5 para 26,3 casos nesse mesmo intervalo. O fato de Cametá apresentar ausência de registros pode indicar subnotificação ou particularidades locais, exigindo cautela na interpretação (Gráfico 9).

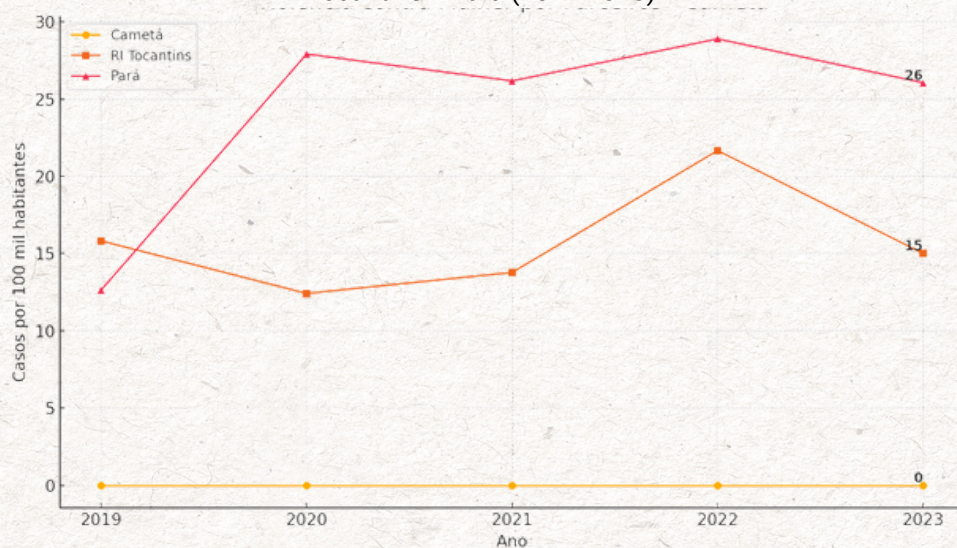


Em 2022, o comportamento da violência contra mulheres em Cametá manteve-se novamente zerado, mesmo diante do aumento nas demais regiões. A RI Tocantins registrou crescimento expressivo para 21,8 casos por 100 mil habitantes, enquanto o estado do Pará chegou a 29,1 casos, seu pico no período analisado. A estabilidade de Cametá poderia ser interpretada como positiva, mas, dado o contexto regional, também pode sugerir dificuldades no registro e encaminhamento de denúncias, o que invisibilizaria parte do problema no município (Gráfico 9).

No ano de 2023, o cenário geral melhorou

levemente: a taxa na RI Tocantins caiu para 15 casos por 100 mil habitantes, e no estado do Pará recuou para 26 casos. Em Cametá, novamente não foram registrados casos, mantendo o padrão observado nos anos anteriores. Apesar dessa constância, é fundamental considerar que a ausência de registros não necessariamente reflete ausência de violência, mas pode indicar fragilidades institucionais na rede de proteção e denúncia, reforçando a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero no município (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

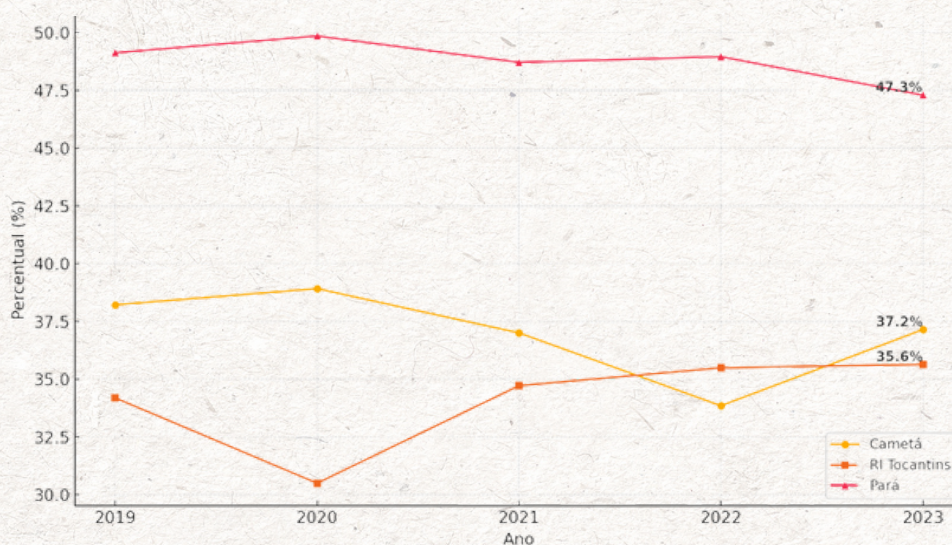
O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Cametá apresentou uma leve oscilação descendente entre 2019 e 2022. Em 2019, o município registrava 38,2% de cargos gerenciais ocupados por mulheres, crescendo ligeiramente para 38,9% em 2020. No entanto, a partir de 2021, iniciou-se uma tendência de queda, com 37,1% em 2021 e 33,8% em 2022. No mesmo período, a RI Tocantins apresentou um comportamento inverso, recuperando-se de 30,5% em 2020 para 35,3% em 2022, enquanto o estado do Pará manteve percentuais elevados, acima de 48%, evidenciando uma realidade mais equilibrada em nível estadual (Gráfico 10).



Em 2023, Cametá registrou uma recuperação, atingindo 37,2% de mulheres em cargos gerenciais. Apesar da melhora, o percentual ainda permanece inferior ao patamar observado em 2019, indicando que os avanços não foram plenamente consolidados. A RI Tocantins, por sua vez, continuou sua trajetória de crescimento, chegando a 35,6%, superando o percentual de Cametá. O estado do Pará, mesmo com uma pequena redução, manteve-se em patamar elevado, com 47,3%, evidenciando maior participação feminina no comando organizacional (Gráfico 10).

Esses resultados sugerem que, em Cametá, a participação feminina em posições de liderança ainda enfrenta instabilidades e não apresenta tendência clara de consolidação, diferentemente do que se observa na RI Tocantins e no estado como um todo. Para promover maior equidade de gênero nos espaços de liderança, seria importante fomentar políticas de incentivo à ascensão feminina, como programas de formação em liderança, estímulo a boas práticas de diversidade organizacional e a implementação de ações afirmativas que visem a reduzir barreiras estruturais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2021, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Cametá apresentou um crescimento muito lento, partindo de 1,9% em 2019, subindo para 2,3% em 2020 e mantendo-se praticamente estável em 2021. Esse comportamento indica avanços tímidos na inclusão da população de baixa renda nos serviços básicos de saneamento. A Região de Integração (RI) Tocantins permaneceu ainda mais estática, variando de 1,1% para 1,2% no mesmo período, enquanto o estado do Pará apresentou um crescimento mais consistente, de 7% para 8,5%, mostrando um desempenho significativamente melhor (Gráfico 11).

Em 2022, observou-se uma aceleração na melhoria da cobertura em Cametá, com o percentual subindo para 3%, indicando esforço adicional na expansão da infraestrutura de saneamento para as camadas mais vulneráveis. A RI Tocantins também teve um pequeno avanço para 1,4%, mas o estado do Pará registrou uma expansão mais expressiva, saltando para 10,9%. Esse cenário aponta que, embora Cametá tenha progredido em termos relativos, o ritmo de melhoria ainda é inferior ao dinamismo observado no nível estadual, o

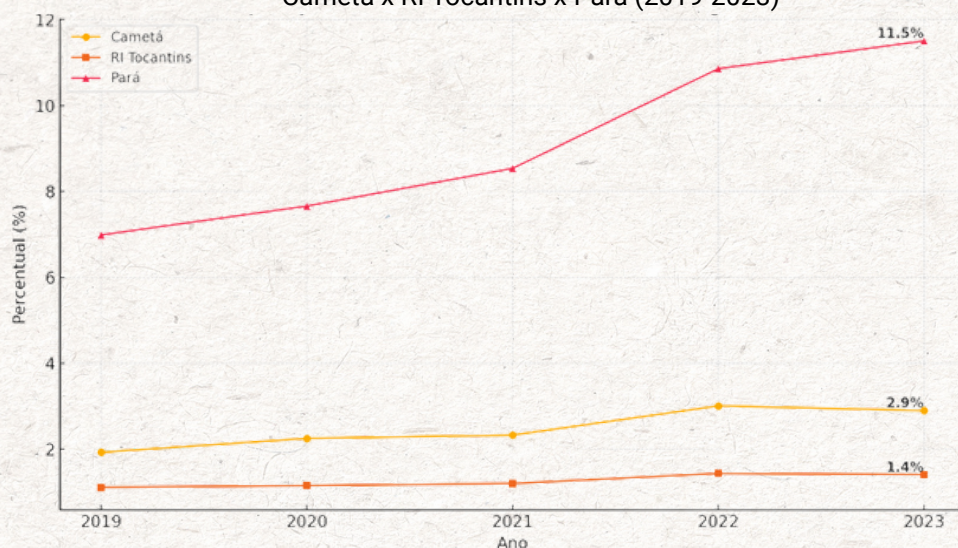
que evidencia a necessidade de políticas mais intensivas e direcionadas (Gráfico 11).

Em 2023, Cametá manteve o percentual de 2,9%, uma leve queda em relação ao ano anterior, enquanto a RI Tocantins permaneceu em 1,4% e o Pará continuou sua trajetória ascendente, chegando a 11,5%. Esse comportamento mostra que, embora haja avanços pontuais, a coleta de esgoto para a população de baixa renda ainda enfrenta grandes limitações em Cametá, tanto em termos de abrangência quanto em termos de sustentabilidade da ex-



pansão. Essa situação reforça a importância de investimentos constantes em infraestrutura básica para garantir condições mínimas de saúde e qualidade de vida à população mais vulnerável (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal com saneamento básico per capita em Cametá apresentou oscilações consideráveis no período de 2019 a 2023. Em 2019, o valor gasto era de cerca de R\$ 24 por habitante, subindo para aproximadamente R\$ 27 em 2020, e caindo para R\$ 20 em 2021. Esse movimento de redução após um breve aumento pode indicar dificuldades orçamentárias ou mudanças nas prioridades de investimento municipal. A RI Tocantins, no mesmo intervalo, viu seus gastos caírem de R\$ 27 para apenas R\$ 13, enquanto o estado do Pará apresentou crescimento de R\$ 80 para R\$ 96, demonstrando investimentos mais robustos em escala estadual (Gráfico 12).

Em 2022, o cenário em Cametá continuou de forma preocupante, com nova queda nos

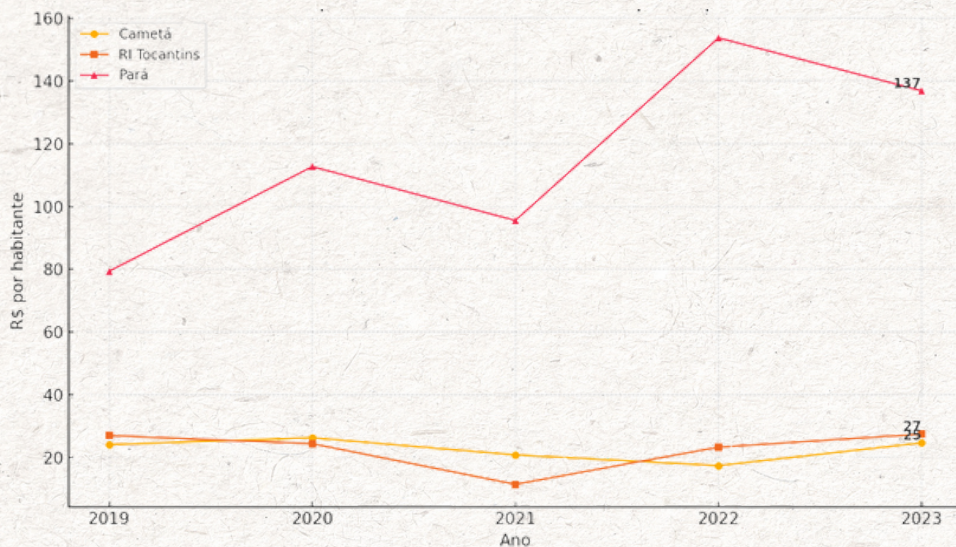
gastos para cerca de R\$ 18 per capita, enquanto a RI Tocantins iniciou uma recuperação, subindo para R\$ 23. Já o Pará teve uma explosão de investimentos, saltando para R\$ 154 per capita, evidenciando uma forte priorização do saneamento básico em nível estadual. A queda no gasto per capita em Cametá contrasta fortemente com a tendência estadual e sinaliza que, apesar dos avanços em coleta de esgoto, o financiamento local para o setor permaneceu limitado (Gráfico 12).

Em 2023, Cametá mostrou sinais de recuperação, elevando o gasto para cerca de R\$ 25 por habitante, semelhante ao registrado em 2019. A RI Tocantins continuou em trajetória de crescimento, alcançando R\$ 27, e o estado do Pará reduziu levemente seus gastos

para R\$ 137, ainda mantendo patamar muito superior ao municipal. Embora o aumento recente em Cametá seja positivo, o nível de investimento permanece baixo em comparação regional e estadual, o que pode comprometer a sustentabilidade das melhorias no acesso ao saneamento e dificultar avanços estruturais mais expressivos no futuro (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 25/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Entre 2019 e 2021, o consumo de energia elétrica per capita em Cametá apresentou um crescimento gradual. Em 2019, o consumo era de aproximadamente 287 kWh por habitante, mantendo-se estável em 2020 e subindo para cerca de 321 kWh em 2021. Apesar do crescimento, o nível de consumo em Cametá permaneceu significativamente inferior ao da RI Tocantins (que variava de 665 para 693 kWh) e do estado do Pará (em torno de 1.000 para 1.075 kWh). Esse comportamento indica uma estrutura de consumo mais modesta no município, possivelmente refle-

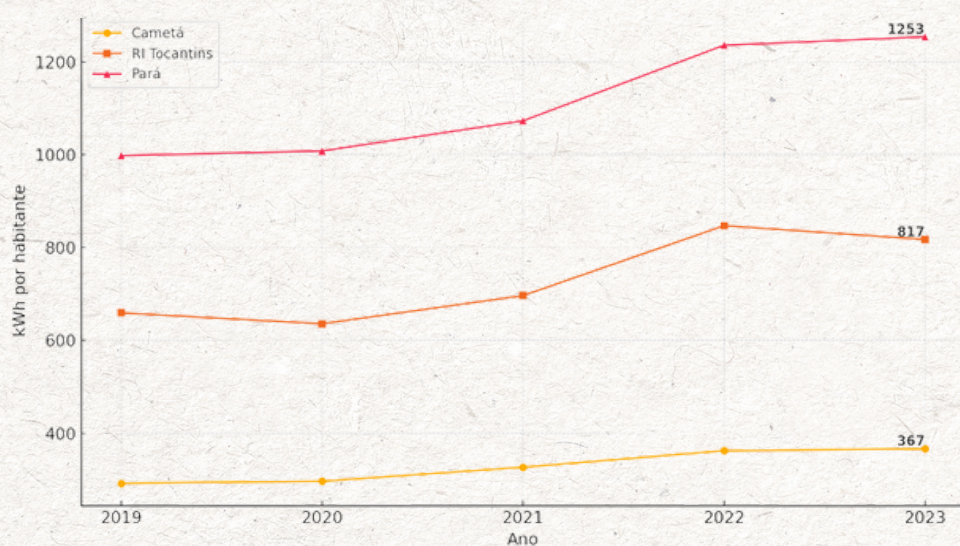
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

tindo limitações de acesso ou menor poder aquisitivo da população (Gráfico 13).

No ano de 2022, o consumo em Cametá continuou crescendo, chegando a 362 kWh por habitante, acompanhando a tendência de alta observada também na RI Tocantins e no estado do Pará, que apresentaram aumentos mais expressivos. Essa elevação pode estar associada à expansão do acesso à energia elétrica e à maior aquisição de eletrodomésticos, especialmente após os impactos econômicos iniciais da pandemia de COVID-19. Ainda assim, o município manteve uma defasagem em relação às médias regional e estadual, evidenciando um padrão de consumo mais restrito (Gráfico 13).

Em 2023, o consumo per capita em Cametá atingiu 367 kWh, registrando uma estabilização em relação ao ano anterior. Enquanto isso, a RI Tocantins reduziu ligeiramente seu consumo para 817 kWh, e o estado do Pará manteve a trajetória ascendente, alcançando 1.253 kWh por habitante. Esse comportamento indica que, embora tenha havido avanços, Cametá continua distante dos padrões de consumo energéticos médios da região, o que pode estar relacionado a fatores estruturais, como a precariedade na rede elétrica, a renda domiciliar limitada ou a menor presença de atividades produtivas intensivas em energia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 367 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Cametá apresentou uma trajetória de forte redução entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era bastante elevado, alcançando 14,6%, caindo levemente para 14,1% em 2020. Esse percentual era significativamente superior ao observado na RI Tocantins (8,9% em 2019) e no estado do Pará (5,7% em 2019), demonstrando uma situação inicial de maior precariedade no acesso à energia elétrica de qualidade em Cametá (Gráfico 14).



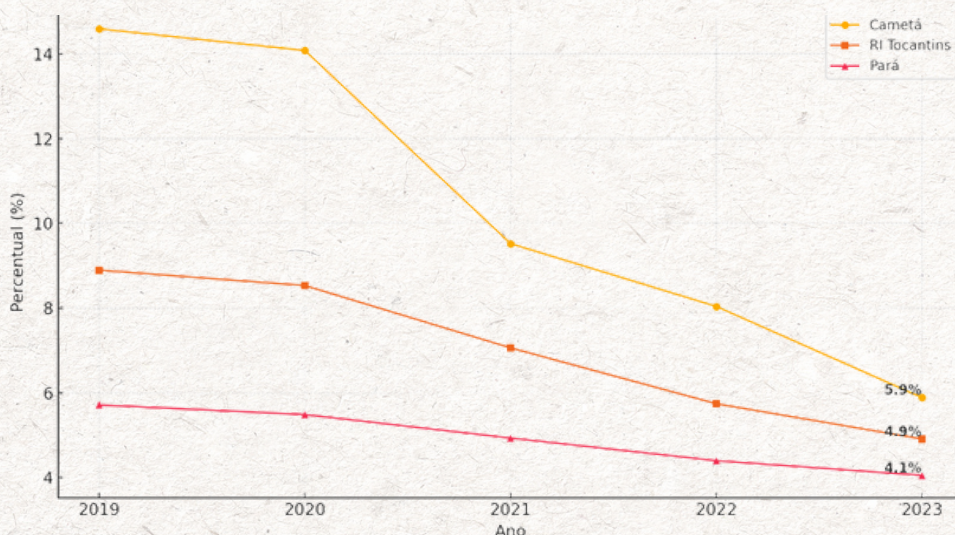
A partir de 2021, houve um movimento mais acelerado de queda nesse indicador em Cametá, com o percentual caindo para 9,5%, 8,1% em 2022 e, finalmente, 5,9% em 2023. A RI Tocantins e o estado do Pará também apresentaram reduções consistentes no mesmo período, porém partindo de bases percentuais mais baixas. Esse comportamento positivo em Cametá sugere uma ampliação significativa da cobertura elétrica formal, substituindo soluções precárias de iluminação por conexões regulares à rede de energia elétrica (Gráfico 14).

Apesar da melhora, em 2023,

o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Cametá ainda era superior aos percentuais da RI Tocantins (4,9%) e do Pará (4,1%). Isso indica que, embora o município tenha avançado de maneira expressiva, ainda persiste um desafio adicional para garantir o acesso universal à energia elétrica adequada para as populações mais vulneráveis. A continuidade e o fortalecimento de políticas de universalização do acesso à energia serão fundamentais para eliminar essa desigualdade residual (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

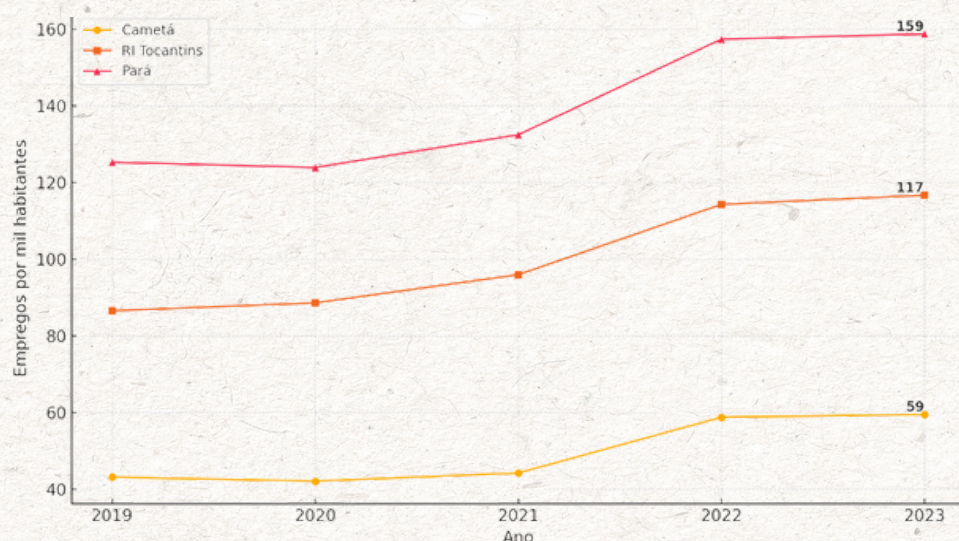
No ano de 2022, houve uma melhora expressiva no indicador para Cametá, que saltou de 44 para 59 empregos formais por mil habitantes. Esse crescimento foi mais acentuado que o observado nos anos anteriores e pode ter sido impulsionado por iniciativas de retomada econômica pós-pandemia, programas de incentivo ao emprego formal ou aquecimento em setores específicos. A RI Tocantins também experimentou um crescimento importante, subindo para 114 empregos formais por mil habitantes, assim como o estado do Pará, que avançou para 158, indicando uma recuperação generalizada no mercado de trabalho formal em todos os níveis territoriais analisados (Gráfico 15).

Em 2023, o indicador manteve-se estável em Cametá, com 59 empregos formais por mil habitan-



tes, enquanto a RI Tocantins e o estado do Pará continuaram a crescer, atingindo 117 e 159 empregos formais por mil habitantes, respectivamente. Apesar do avanço registrado em 2022, Cametá ainda apresenta um mercado de trabalho formal proporcionalmente bem menor do que as médias regional e estadual, sinalizando desafios estruturais para a geração de empregos de qualidade. A manutenção e expansão da formalização do trabalho no município dependerão de políticas que estimulem o empreendedorismo, a qualificação profissional e a diversificação econômica local (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Entre 2018 e 2020, o PIB per capita de Cametá apresentou crescimento moderado, saindo de aproximadamente R\$ 8.400 em 2018 para cerca de R\$ 9.600 em 2020. Apesar da evolução positiva, o município manteve uma distância significativa em relação à média da Região de Integração (RI) Tocantins, que subiu de cerca de R\$ 14.000 para R\$ 18.800 no mesmo período, e mais ainda em relação ao estado do Pará, que avançou de R\$ 19.000 para R\$ 24.700. Essa diferença

PIB per capita



evidencia uma limitação estrutural em Cametá para acompanhar o dinamismo econômico regional e estadual (Gráfico 16).

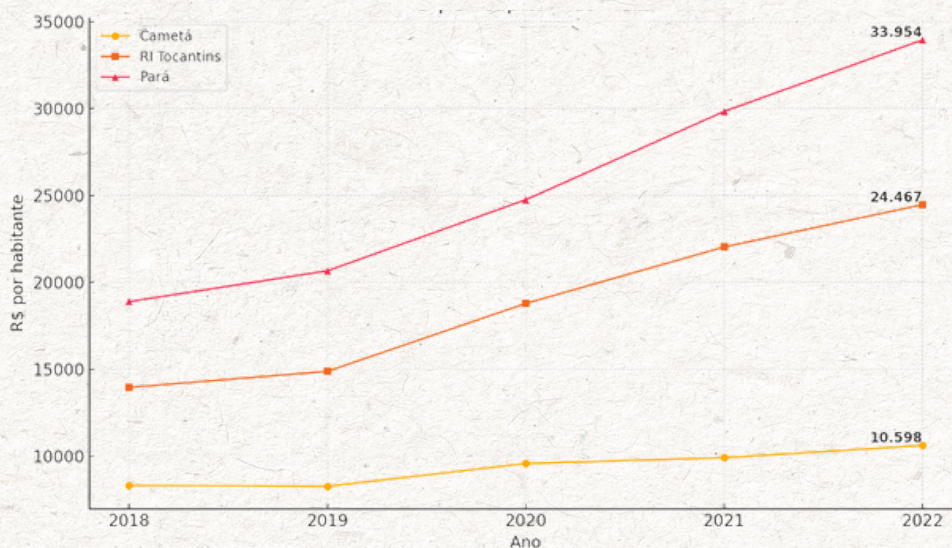
No período de 2020 a 2022, o crescimento do PIB per capita de Cametá continuou, mas a

taxas mais modestas se comparado ao crescimento observado na RI Tocantins e no Pará. Cametá saltou para R\$ 10.598 em 2022, enquanto a RI Tocantins alcançou R\$ 24.467 e o estado do Pará chegou a R\$ 33.954. A trajetória revela que, embora Cametá tenha registrado crescimento econômico, esse crescimento foi proporcionalmente muito inferior ao das demais áreas, o que aponta para uma dificuldade em expandir a geração de riqueza local de maneira robusta (Gráfico 16).



Ao longo de todo o período, a distância entre Cametá e as demais unidades territoriais analisadas se ampliou, indicando que o município enfrenta obstáculos estruturais que dificultam seu desenvolvimento econômico proporcional. Isso pode estar relacionado a fatores como baixa diversificação produtiva, concentração em atividades de baixo valor agregado ou carência de investimentos estruturantes. A continuidade dessa trajetória sugere que, sem mudanças estruturais relevantes, o município poderá permanecer relativamente estagnado em termos de crescimento econômico per capita (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.598/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Cametá apresentou uma trajetória de estagnação entre 2018 e 2022. O indicador partiu de aproximadamente 3,2% em 2018, manteve-se estável em 2019, caiu para cerca de 2,9% em 2020 e permaneceu praticamente nesse patamar até 2022, finalizando em 2,7%. Esse desempenho contrasta fortemente com a RI Tocantins, que partiu de cerca de 19,6% em 2018 e alcançou 29,2% em 2022, e também com o estado do Pará, que elevou seu percentual de 28,4% para expressivos 45% no mesmo intervalo (Gráfico 17).

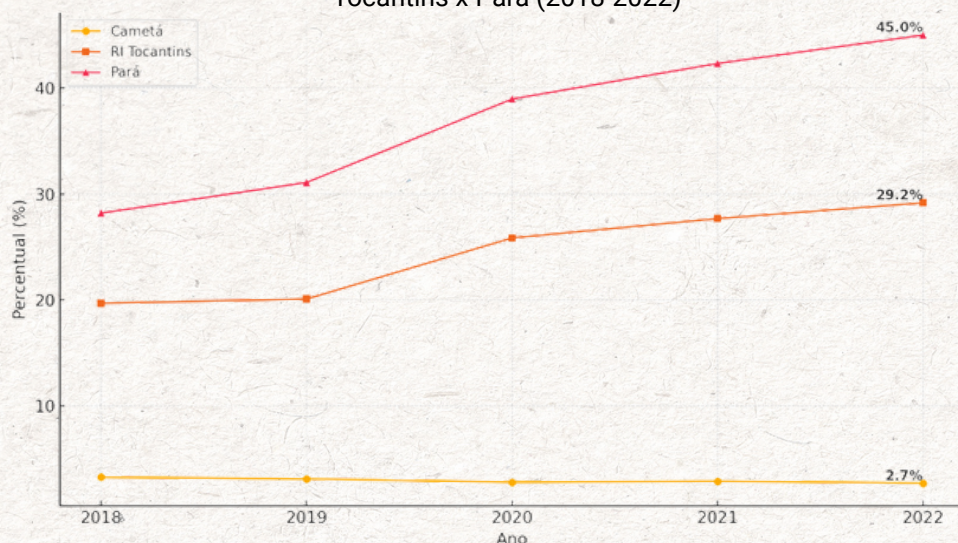
Enquanto a RI Tocantins e o

estado do Pará apresentaram crescimento expressivo da participação industrial em suas economias, Cametá permaneceu com um setor industrial extremamente marginal. Esse comportamento revela uma economia local pouco industrializada, fortemente dependente de outros setores, possivelmente os serviços públicos, o comércio e a agricultura de baixa produtividade. A falta de dinamismo industrial compromete a capacidade de geração de empregos de qualidade e de incremento da renda local, reforçando as limitações observadas também no indicador de PIB per capita (Gráfico 17).

Ao final do período analisado, em 2022, a distância de Cametá em relação aos demais recortes territoriais é marcante: enquanto o Pará e a RI Tocantins se beneficiam de uma crescente industrialização que impulsiona seus PIBs, Cametá permanece com a indústria exercendo papel residual na estrutura econômica. Essa realidade aponta para a necessidade de políticas específicas de estímulo à atividade industrial, como atração de investimentos, desenvolvimento de infraestrutura logística e programas de apoio a micro e pequenas indústrias locais, para que o município possa diversificar sua base econômica e dinamizar seu crescimento (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Cametá apresentou uma leve queda, passando de aproximadamente 13,5 para 13,2. Esse movimento de retração também foi observado, em menor grau, na Região de Integração (RI) Tocantins, que caiu de cerca de 10,7 para 10,5, e no estado do Pará, que reduziu de 16,6 para 16,1 profissionais por 100 mil habitantes. Essa estabilidade



ou leve recuo no início do período pode estar relacionada aos impactos iniciais da crise econômica decorrente da pandemia, que afetou contratações e financiamentos em áreas de ciência e tecnologia (Gráfico 18).

A partir de 2021, Cametá passou a registrar uma trajetória positiva mais expressiva, al-

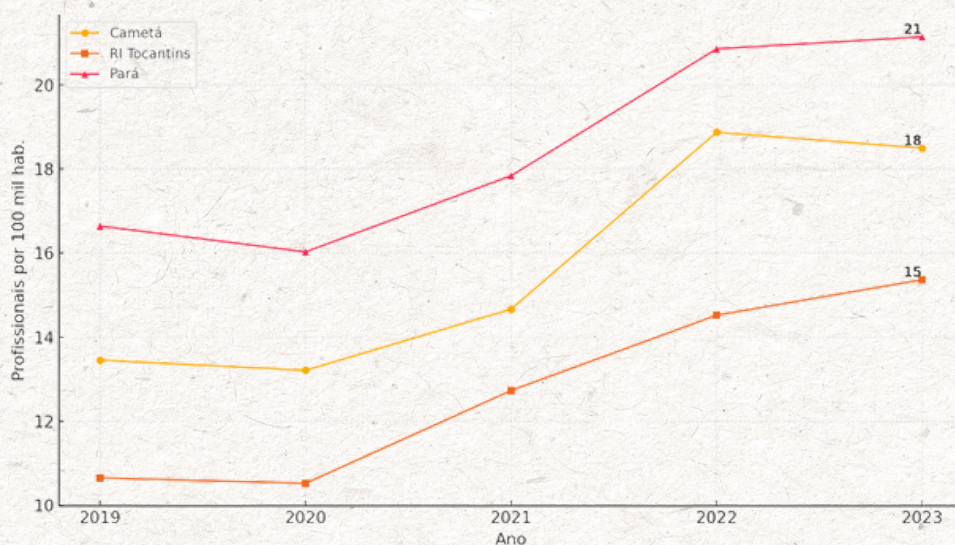
cançando 14,7 profissionais por 100 mil habitantes e, posteriormente, dando um salto significativo para 18,8 em 2022. Esse crescimento reflete uma intensificação de esforços locais de qualificação profissional, expansão de políticas públicas de ciência e tecnologia ou maior inserção de profissionais com formação científica no mercado formal. A RI Tocantins e o estado do Pará também acompanharam essa tendência, mas Cametá obteve um ritmo de crescimento mais acentuado nesse intervalo específico (Gráfico 18).

Em 2023, Cametá apresentou uma leve queda, recuando para 18 profissionais por 100 mil habitantes, enquanto a RI To-



cantins e o estado do Pará continuaram crescendo, atingindo 15 e 21 profissionais por 100 mil habitantes, respectivamente. Apesar da pequena redução, o município ainda manteve um patamar elevado em comparação aos anos iniciais do período. O comportamento geral revela que Cametá conseguiu ampliar de forma consistente sua base de profissionais da ciência, embora seja necessário reforçar políticas de retenção e valorização desses profissionais para consolidar um ambiente sustentável de inovação e desenvolvimento científico (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



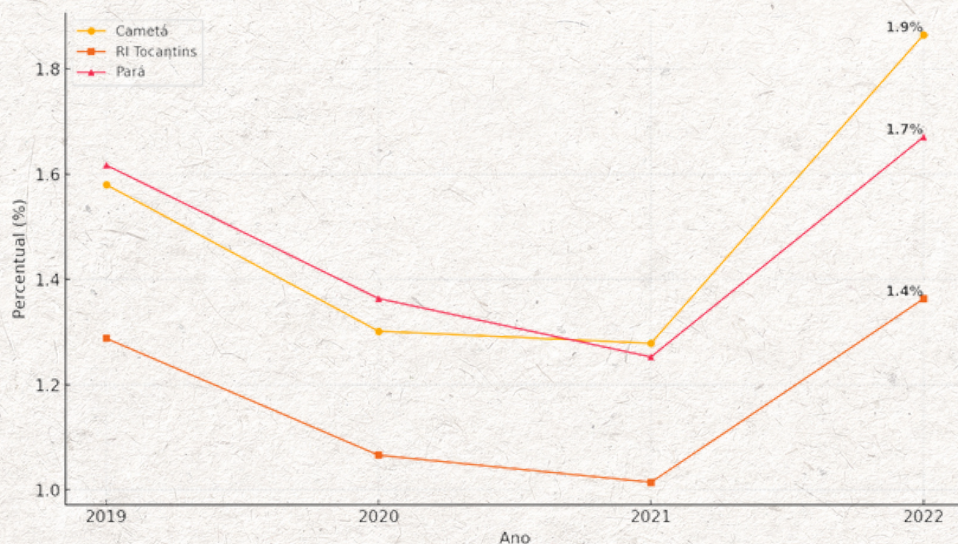
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2020, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Cametá apresentou uma queda expressiva, passando de aproximadamente 1,58% para 1,30%. Essa trajetória de declínio também foi observada na Região de Integração (RI) Tocantins, que reduziu de cerca de 1,28% para 1,07%, e no estado do Pará, que caiu de 1,62% para 1,36%. Esse comportamento pode ser atribuído aos impactos da crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19, que afetou tanto o nível de emprego formal quanto a massa salarial, reduzindo a contribuição dos rendimentos do trabalho formal para o PIB (Gráfico 19).

No ano de 2021, a massa salarial formal continuou em queda, mas de maneira mais suave, atingindo 1,28% em Cametá, 1,02% na RI Tocantins e 1,26% no Pará. Esse comportamento indica que, mesmo com o início da recuperação econômica, o mercado de trabalho formal ainda enfrentava dificuldades de retomada plena, refletindo uma recuperação lenta dos salários e das contratações. Cametá, apesar da queda, manteve seu percentual acima do observado na RI Tocantins e praticamente alinhado com o estado do Pará, sugerindo alguma resiliência local na preservação dos vínculos formais (Gráfico 19).

Em 2022, Cametá apresentou uma forte recuperação, com a massa salarial dos vínculos formais saltando para 1,9% do PIB, superando tanto a RI Tocantins (1,4%) quanto o estado do Pará (1,7%). Essa recuperação robusta pode indicar a revalorização dos empregos formais no município, seja por meio de aumento de salários, crescimento do número de postos de trabalho formais, ou ambos. Essa melhora destaca uma retomada significativa da importância do trabalho formal na economia local, representando um dado positivo para a consolidação do mercado de trabalho e para o fortalecimento da renda na estrutura econômica de Cametá (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

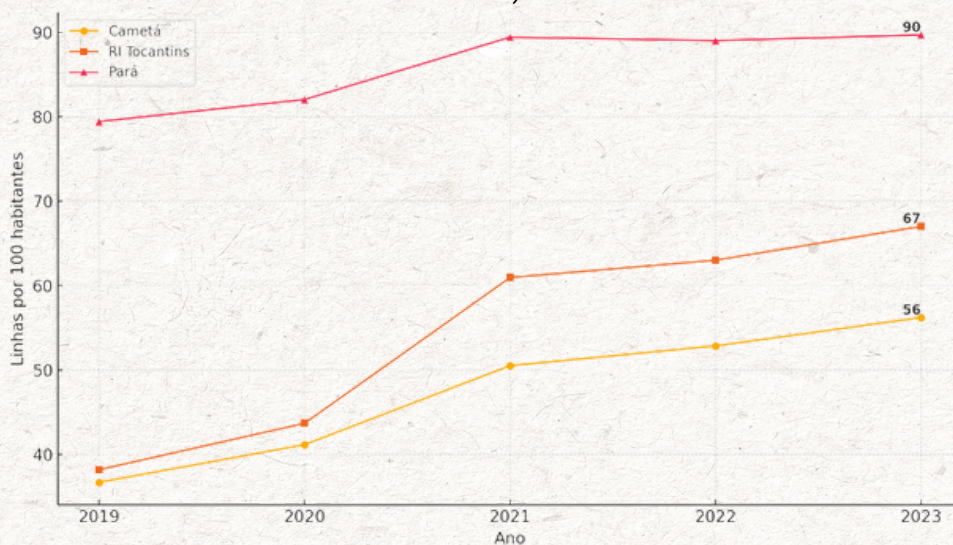
Entre 2019 e 2021, o acesso à telefonia móvel em Cametá apresentou crescimento significativo, passando de cerca de 37 linhas por 100 habitantes em 2019 para 51 em 2021. A RI Tocantins seguiu trajetória semelhante, subindo de 38 para 61 linhas, enquanto o estado do Pará partiu de um patamar já elevado de 79 linhas para 89 linhas por 100 habitantes no mesmo período. Esse avanço evidencia uma expansão considerável do acesso a serviços de comunicação móvel em Cametá, embora a região ainda apresente índices inferiores às médias regional e estadual (Gráfico 20).

Nos anos seguintes, o crescimento continuou, mas em ritmo mais moderado. Em 2022, Cametá registrou cerca de 53 linhas por 100 habitantes, e em 2023 alcançou 56 linhas. A RI Tocantins também expandiu, chegando a 67 linhas em 2023, enquanto o estado do Pará consolidou uma alta cobertura, estabilizando-se em torno de 90 linhas por 100 habitantes. Esse comportamento mostra que, embora Cametá esteja avançando, permanece um descompasso em relação às demais esferas territoriais, evidenciando a necessidade de políticas específicas de expansão da infraestrutura de telecomunicações no município (Gráfico 20).



Apesar do progresso observado, o nível de acesso à telefonia móvel em Cametá ainda é relativamente baixo, refletindo possíveis limitações em infraestrutura, renda das famílias ou oferta de serviços pelas operadoras. A evolução é positiva, mas o município ainda enfrenta desafios para universalizar o acesso em condições similares às médias regionais e estaduais. Melhorias contínuas no acesso à comunicação são fundamentais não apenas para inclusão social, mas também para impulsionar o desenvolvimento econômico e o acesso a serviços públicos digitais (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Entre 2019 e 2021, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Cametá oscilou de maneira considerável. O município partiu de cerca de R\$ 42 por habitante em 2019, cresceu para aproximadamente R\$ 54 em 2020, e caiu drasticamente para R\$ 34 em 2021. Esse comportamento foi semelhante na RI Tocantins, que caiu de R\$ 35 para R\$ 28, e no estado do Pará, que recuou de R\$ 41 para R\$ 38. Esses movimentos sugerem que a crise fiscal provocada pela pandemia impactou fortemente os investimentos em áreas de cultura e meio ambiente, considerados não prioritários em momentos

de contenção orçamentária (Gráfico 21).

Em 2022, Cametá demonstrou uma recuperação expressiva, elevando suas despesas para cerca de R\$ 59 por habitante, acompanhando uma recuperação também observada na RI Tocantins e, de forma mais robusta, no estado do Pará, que saltou para R\$ 65. A retomada dos investimentos nessas áreas reflete tanto a melhora fiscal quanto a revalorização das políticas de cultura e gestão ambiental como componentes importantes para o desenvolvimento social e sustentável dos territórios (Gráfico 21).

No ano de 2023, Cametá a-

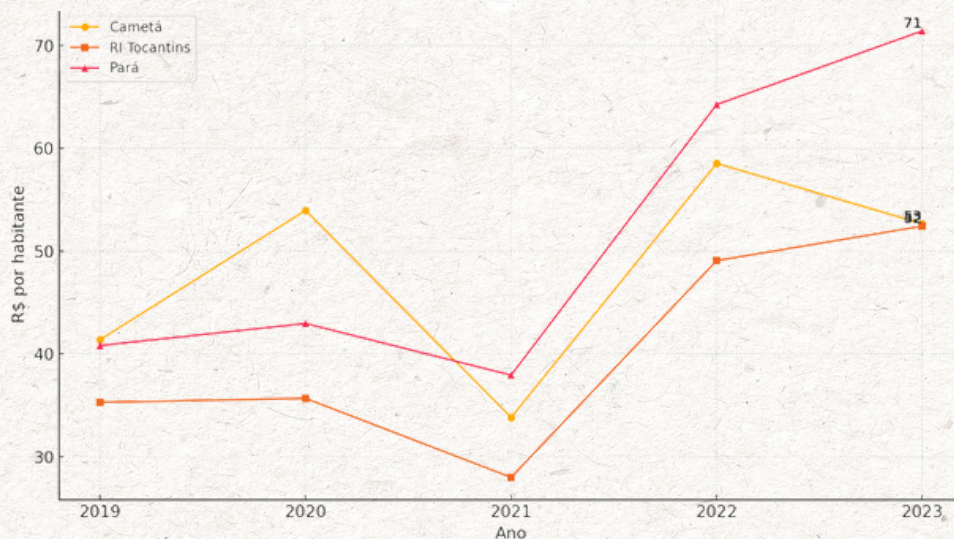
presentou uma pequena queda para R\$ 53 per capita, enquanto a RI Tocantins manteve crescimento, atingindo valor similar, e o estado do Pará continuou a trajetória ascendente, alcançando R\$ 71. Ainda que Cametá tenha perdido ligeiramente o ritmo de recuperação, o município conseguiu manter um nível de despesa relativamente alto em comparação aos padrões anteriores, o que é positivo. No entanto, a diferença em relação ao desempenho estadual sinaliza a necessidade de reforço contínuo no financiamento e nas políticas voltadas à cultura e ao meio ambiente para promover maior equidade



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)

no desenvolvimento territorial (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 53/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2021, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Cametá apresentou um crescimento moderado, saindo de 46% em 2019 para 48,7% em 2021. A Região de Integração (RI) Tocantins manteve comportamento semelhante, com aumento de 41% para 42,4% no mesmo período, enquanto o estado do Pará permaneceu praticamente estável, em torno de 27%. Esses dados iniciais indicam que práticas inadequadas de destinação de resíduos sólidos persistem em níveis elevados nas populações mais vulneráveis, especialmente em Cametá, com tendência de agravamen-

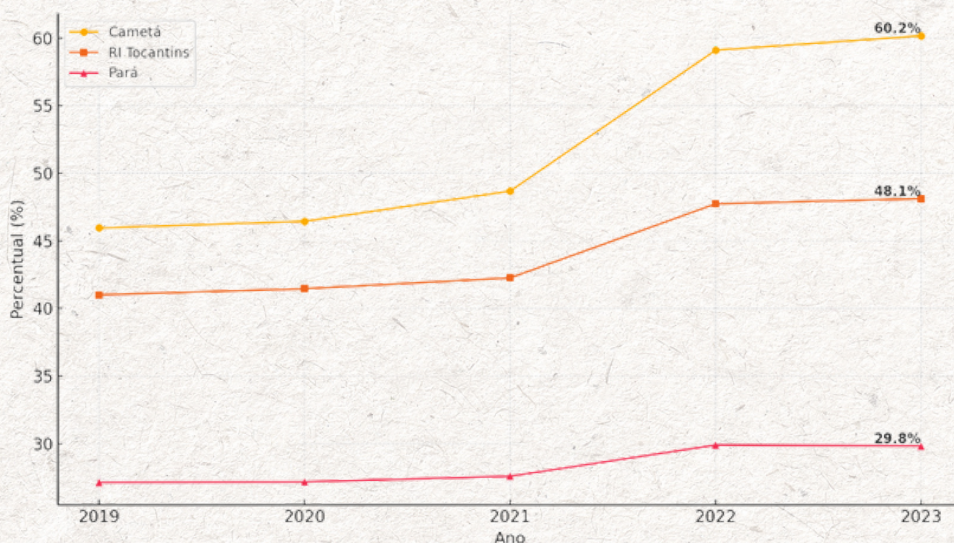
to (Gráfico 22).

Em 2022, houve uma elevação expressiva no indicador de Cametá, que atingiu 59,2%, muito acima da média da RI Tocantins (48%) e do estado do Pará (29,8%). Esse salto pode refletir tanto a insuficiência de serviços públicos de coleta regular de lixo quanto o agravamento de condições socioeconômicas que limitam o acesso a formas mais adequadas de descarte de resíduos. Essa piora é preocupante, pois práticas como queimar ou enterrar lixo trazem sérios riscos ambientais e à saúde pública, sobretudo em comunidades de baixa renda (Gráfico 22).

No ano de 2023, a situação

de Cametá manteve-se crítica, com novo aumento para 60,2% de pessoas de baixa renda praticando essas formas inadequadas de destinação de resíduos. Enquanto isso, a RI Tocantins (48,1%) e o estado do Pará (29,8%) praticamente estabilizaram seus percentuais. O nível elevado e persistente em Cametá demonstra que o problema se consolidou como um desafio ambiental e social grave, exigindo a ampliação da cobertura de coleta regular e campanhas educativas para reduzir o uso de práticas prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

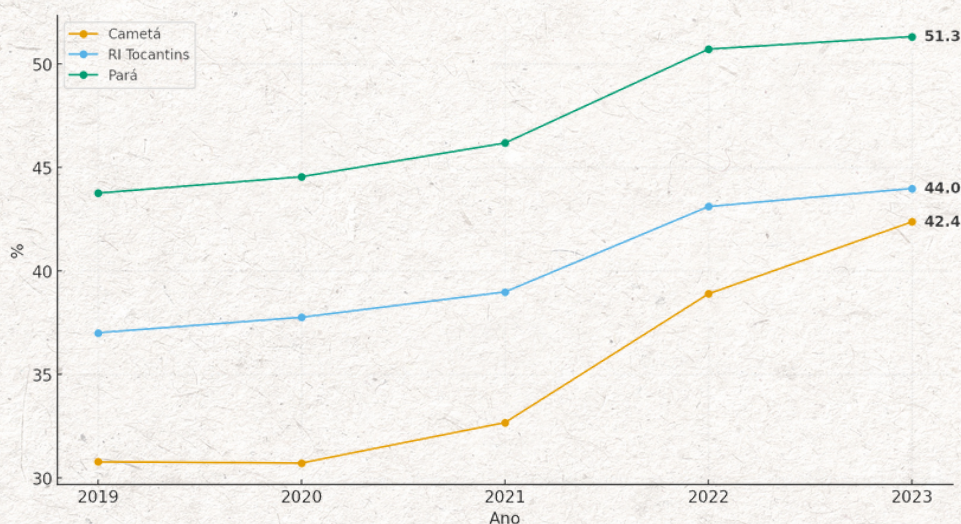
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Cametá, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 30,8% em 2019 para 31,0% em 2020, chegando a 32,2% em 2021. A partir daí, a elevação foi mais acentuada: 38,9% em 2022 e 42,4% em 2023. O avanço de quase 12 pontos percentuais em cinco anos evidencia deterioração das condições de saneamento, especialmente em áreas periféricas e rurais. O cenário demonstra dificuldade de expansão de infraestrutura sanitária proporcional ao crescimento popula-

cional (Gráfico 23).

Na RI Tocantins, o índice subiu de 37,0% para 44,0%, e no Pará de 44,0% para 51,3%. Comparativamente, Cametá ainda apresenta níveis abaixo das médias regional e estadual, o que sugere desigualdades espaciais no padrão de urbanização e cobertura de saneamento. Apesar disso, a tendência de alta contínua reforça a urgência de políticas públicas voltadas à redução da vulnerabilidade sanitária da população de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



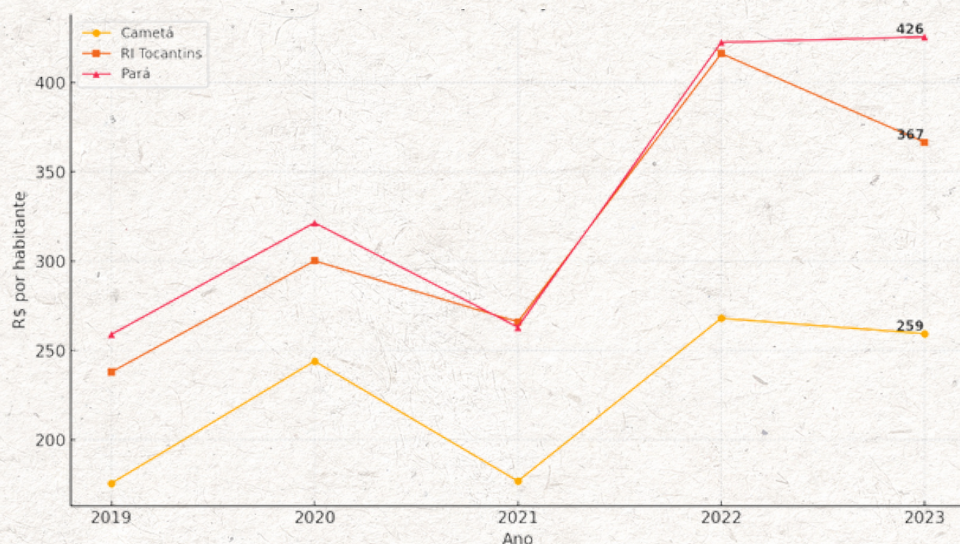
Entre 2019 e 2021, os gastos per capita com prevenção de desastres em Cametá apresentaram flutuações consideráveis. Em 2019, o valor era de cerca de R\$ 176 por habitante, subindo para aproximadamente R\$ 245 em 2020 e recuando novamente para R\$ 173 em 2021. Esse padrão de oscilação também foi observado na Região de Integração (RI) Tocantins e no estado do Pará, refletindo a dificuldade de manter investimentos constantes em prevenção de desastres, área muitas vezes sujeita a cortes ou variações orçamentárias em função de crises econô-

micas (Gráfico 24).

Em 2022, houve uma retomada importante nos gastos de Cametá, que alcançaram aproximadamente R\$ 270 por habitante, acompanhando o movimento da RI Tocantins e do Pará, que atingiram valores acima de R\$ 410. Esse crescimento acentuado possivelmente reflete a implementação de políticas emergenciais ou programas estruturados de gestão de riscos e desastres naturais, especialmente considerando a intensificação dos eventos climáticos extremos nos últimos anos (Gráfico 24).

No entanto, em 2023, Cametá sofreu uma leve redução nos gastos, para cerca de R\$ 259 por habitante, enquanto a RI Tocantins registrou uma queda mais acentuada para R\$ 367, e o Pará manteve alta com R\$ 426. Apesar do recuo, o nível de gasto em Cametá permaneceu superior ao patamar de anos anteriores, indicando um esforço ainda relevante na prevenção de desastres. Esse comportamento sugere que, embora ainda haja espaço para melhorias, o município evoluiu em termos de conscientização e investimento em políticas preventivas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 259/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita com preservação aquática em Cametá apresentou valores significativamente superiores aos da média regional e estadual ao longo de todo o período analisado. Em 2019, o município já registrava um alto valor, aproximadamente R\$ 1.330 por habitante, saltando para mais de R\$ 2.130 em 2020. Esse comportamento contrastou com a RI Tocantins (cerca de R\$ 600 a R\$ 920) e com o estado do Pará (entre R\$ 180 e R\$ 280), evidenciando uma forte prioridade local no investimento para preservação dos recursos hídricos (Gráfico 25).

Entre 2020 e 2022, entretanto, Cametá reduziu seus investimentos, caindo para R\$ 1.135

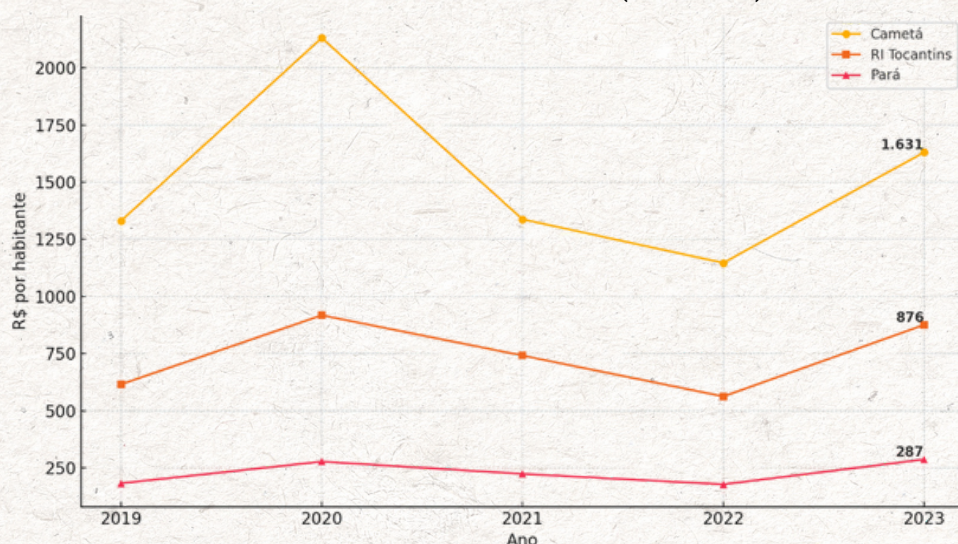
em 2022, ainda que mantendo valores muito acima das demais regiões. Essa retração pode ser associada a restrições fiscais ou à finalização de projetos específicos de maior escala executados nos anos anteriores. No mesmo período, tanto a RI Tocantins quanto o estado do Pará também reduziram suas despesas per capita nessa área, sugerindo um movimento de ajuste orçamentário generalizado (Gráfico 25).

Em 2023, Cametá voltou a aumentar suas despesas, atingindo R\$ 1.631 por habitante, retomando parcialmente o nível de investimento em preservação aquática. A RI Tocantins e o estado do Pará também registraram aumentos, mas em patamares bem inferiores, com R\$ 876 e R\$ 287 por habitante, respectivamente. Esse padrão reforça que Cametá possui um perfil atípico, com investimentos elevados e contínuos



na preservação aquática, o que é estratégico considerando sua localização ribeirinha e a importância dos recursos hídricos para a economia e a qualidade de vida da população local (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.631/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2021, o percentual de área de floresta em relação à área total de Cametá manteve-se praticamente estável, em torno de 28%. Esse comportamento, de estabilidade, foi também observado na Região de Integração (RI) Tocantins e no estado do Pará, embora em níveis distintos — a RI Tocantins partiu de cerca de 43% e o Pará de aproximadamente 67%. A estabilidade de Cametá neste período indica que não houve mudanças significativas em termos de recuperação florestal ou novas áreas de preservação (Gráfico 26).

Em 2022, a RI Tocantins sofreu uma queda no percentual de áreas florestais, caindo para cerca de 38%, enquanto o estado do Pará apresentou u-

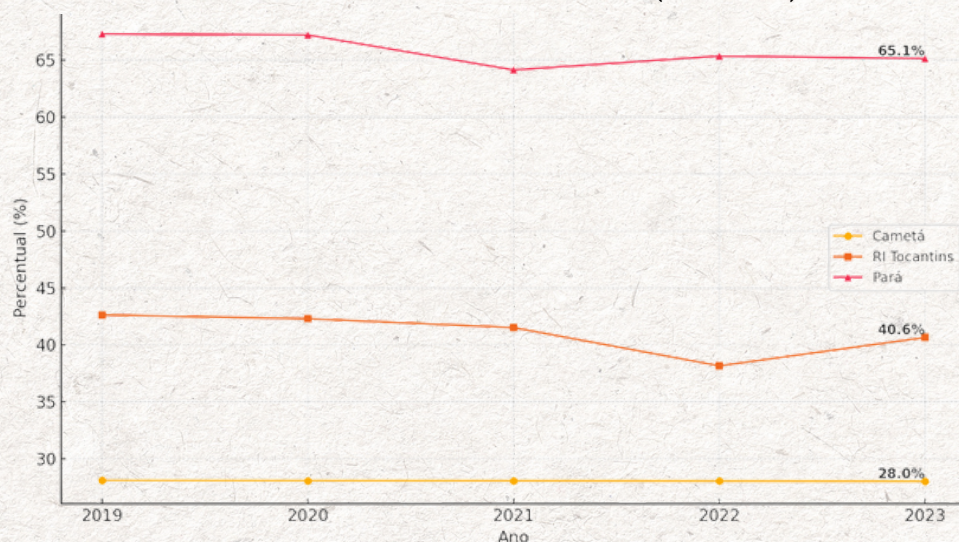
ma leve recuperação para 65,3%. Já em Cametá, o percentual de cobertura florestal continuou praticamente inalterado, ainda em torno de 28%, evidenciando que o município não acompanhou a leve tendência estadual de recuperação. Essa permanência num patamar baixo é preocupante,



dado o papel essencial da cobertura florestal para o equilíbrio ambiental e o combate às mudanças climáticas (Gráfico 26).

Em 2023, o comportamento em Cametá seguiu a mesma linha, mantendo 28% de cobertura florestal, enquanto a RI Tocantins apresentou uma pequena recuperação para 40,6% e o estado do Pará manteve estabilidade em torno de 65,1%. Essa constância em Cametá revela a dificuldade local em promover a expansão de áreas florestadas ou implementar políticas mais robustas de reflorestamento e conservação. Em termos comparativos, o município se mostra muito aquém da média estadual, destacando-se como uma área particularmente vulnerável em termos de preservação de recursos florestais (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Entre 2019 e 2021, o percentual da área desmatada em Cametá manteve-se praticamente constante, em torno de 36,4%, sinalizando uma estabilização dos processos de supressão vegetal nesse período. Na RI Tocantins, o percentual de área desmatada também se manteve alto e estável, em torno de 44%, enquanto no estado do Pará, os níveis foram mais baixos, variando de 21,5% para 22,5%. A estabilização em Cametá indica que, embora o desmatamento não tenha aumentado significativamente, o município já operava em níveis bastante elevados (Gráfico 27).

Em 2022, houve uma pequena redução no percentual de área desmatada na RI Tocantins, caindo para 39,8%, enquanto o

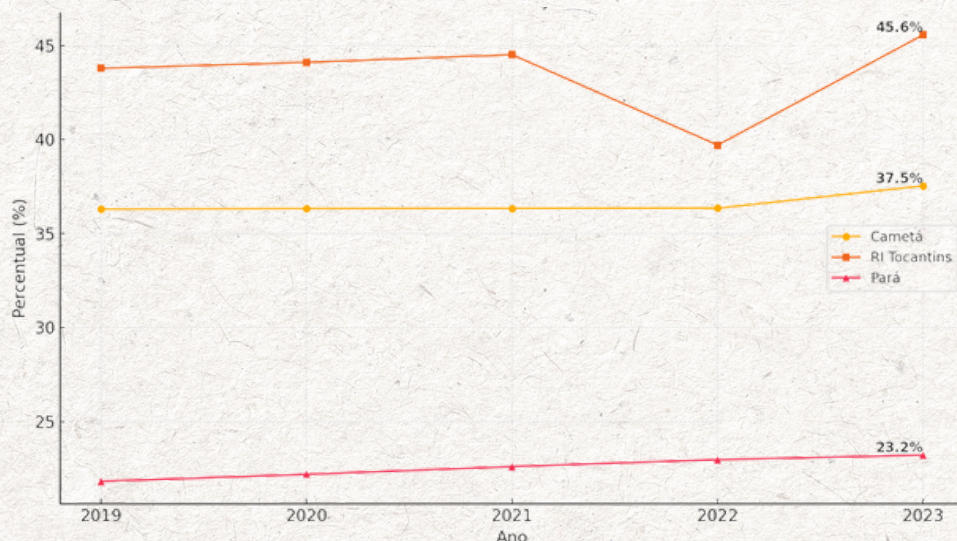
Pará manteve crescimento tímido. Cametá, por sua vez, permaneceu praticamente inalterado, evidenciando que o município ainda convive com uma pressão antrópica intensa sobre seus recursos naturais. A falta de variação expressiva sugere que, mesmo em contextos de maior debate sobre conservação ambiental, as práticas de uso do solo em Cametá continuam orientadas por modelos que favorecem a abertura de áreas em detrimento da preservação (Gráfico 27).

Em 2023, Cametá apresentou um aumento no percentual de área desmatada, chegando a 37,5%, invertendo a tendência de estabilidade anterior. A RI Tocantins também retomou a trajetória ascendente, atingin-

do 45,6%, enquanto o estado do Pará avançou para 23,2%. Esses resultados reforçam o cenário de que o município enfrenta desafios importantes na gestão ambiental, com pressões contínuas sobre suas áreas naturais. O aumento do desmatamento em Cametá, mesmo que moderado, é um sinal de alerta sobre a necessidade urgente de fortalecer ações de fiscalização, políticas de uso sustentável do solo e programas de recuperação de áreas degradadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

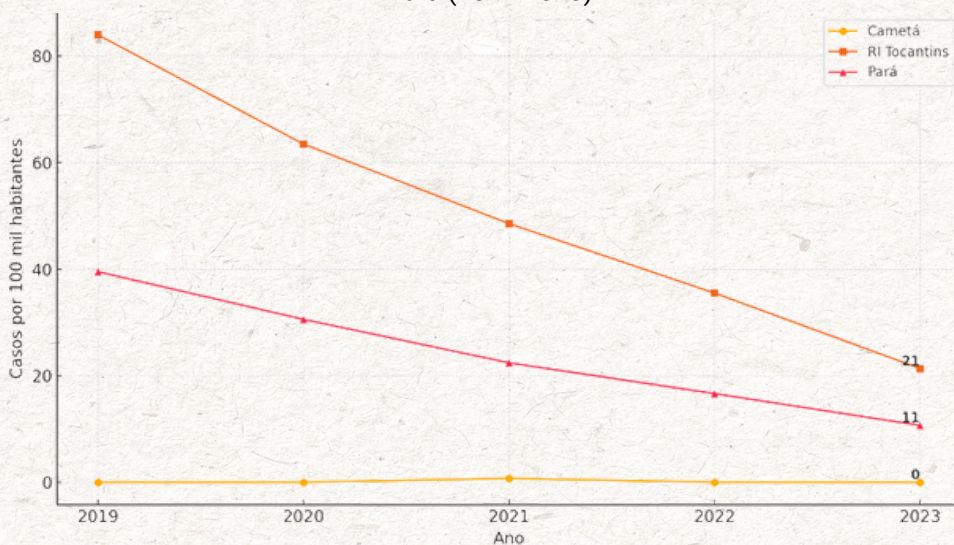
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o indicador de trabalho infantil em Cametá permaneceu em níveis residuais, com registros praticamente nulos ao longo do período. Em contraste, a Região de Integração (RI) Tocantins apresentou uma trajetória de queda significativa, partindo de 84 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 49 em 2021, enquanto o estado do Pará reduziu de 39 para 23 casos no mesmo intervalo. Esse cenário evidencia que, embora o problema ainda persista em outras áreas, Cametá destaca-se positivamente pela baixa incidência de trabalho infantil (Gráfico 28).

Em 2022, Cametá manteve o padrão de virtual inexistência de trabalho infantil, enquanto a RI Tocantins e o estado do Pará continuaram registrando quedas importantes nos seus respectivos indicadores. A RI Tocantins alcançou 36 casos por 100 mil habitantes, e o Pará, 17 casos. Esse comportamento geral indica que, no conjunto do estado e da região, políticas públicas de combate ao trabalho infantil vêm apresentando resultados consistentes, com Cametá consolidando-se em uma posição de referência positiva (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, a taxa de homicídios em Cametá apresentou variações relativamente pequenas, partindo de 18 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, reduzindo para 16 em 2020 e ligeiramente subindo para 17 em 2021. No mesmo período, a RI Tocantins apresentou um crescimento mais acentuado, passando de 29 para 35 homicídios, enquanto o estado do Pará, embora tivesse iniciado com uma taxa mais alta de 39, reduziu para 32 homicídios por 100 mil habitantes em 2021. Esse cenário revela que Cametá

manteve-se com níveis de violência letais bem inferiores à média regional e estadual (Gráfico 29).

Em 2022, Cametá registrou um aumento mais expressivo em sua taxa de homicídios, chegando a 22 homicídios por 100 mil habitantes. Esse crescimento contrasta com a trajetória da RI Tocantins, que também aumentou para 38 homicídios, e com o estado do Pará, que teve uma leve alta para 34,7. Embora o salto em Cametá tenha sido preocupante, o município ainda manteve uma posição relativamen-

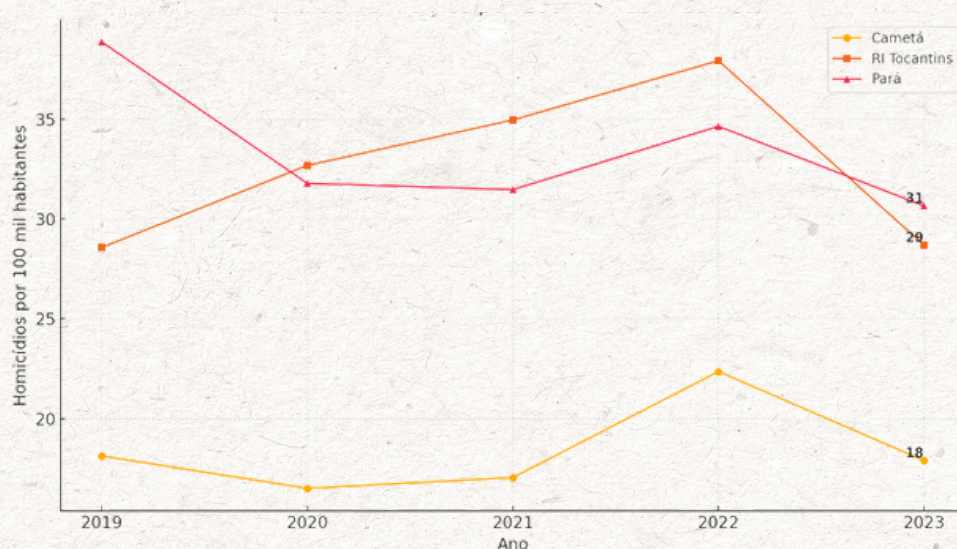
te mais segura em termos comparativos, sugerindo que o aumento pode ter sido influenciado por fatores pontuais (Gráfico 29).

Em 2023, Cametá reduziu novamente sua taxa para 18 homicídios por 100 mil habitantes, retornando a patamares similares aos de 2019 e reforçando a característica de relativa estabilidade nos níveis de violência letal. A RI Tocantins apresentou uma queda mais forte, caindo para 29 homicídios, enquanto o estado do Pará desceu para 31. A redução de homicídios em Ca-

metá em 2023 é um sinal positivo, indicando o possível sucesso de políticas de segurança pública e de ações comunitárias de prevenção à violência no município (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o gasto público municipal de Cametá como percentual do PIB apresentou uma tendência de queda moderada, passando de cerca de 26,8% para 24,5%. Esse comportamento foi distinto daquele observado na Região de Integração (RI) Tocantins e no estado do Pará, que mantiveram percentuais mais estáveis, oscilando em torno de 13% e 11%, respectivamente. Essa redução em Cametá pode estar associada à desaceleração da atividade econômica local, a cortes de despesas ou à diminuição relativa da participação do setor público frente ao PIB do município (Gráfico 30).

A partir de 2021, Cametá a-

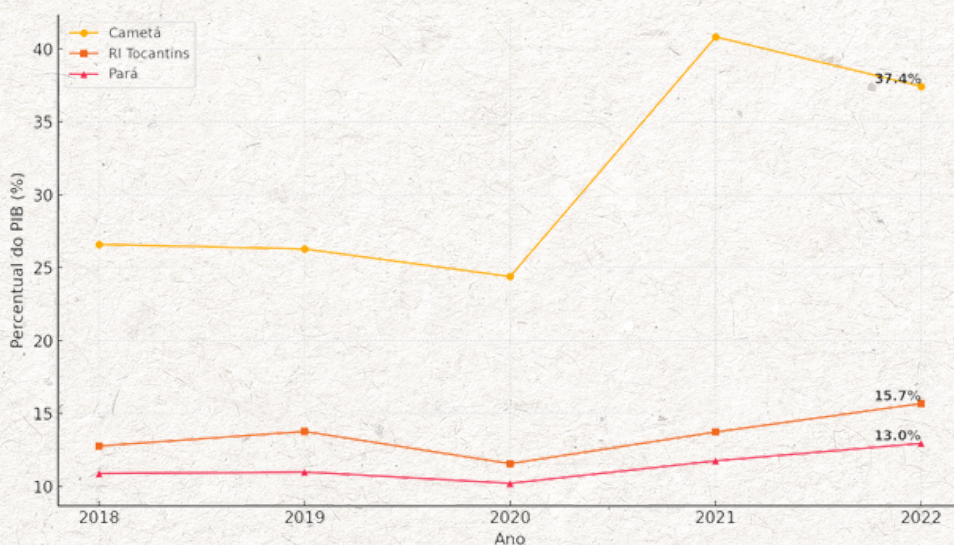
presentou uma elevação bastante expressiva no indicador, atingindo 40,8% do PIB. Esse salto não foi observado na mesma intensidade na RI Tocantins nem no estado do Pará, que mantiveram crescimentos mais modestos. A elevação em Cametá pode ter sido impulsionada por expansões fiscais ligadas a programas emergenciais, investimentos públicos específicos ou até uma retração do PIB local, o que aumentaria proporcionalmente o peso do gasto público. De toda forma, esse comportamento indica uma mudança substancial na dinâmica financeira do município a partir desse ano (Gráfico 30).

Em 2022, o gasto público

municipal de Cametá recuou ligeiramente, mas ainda permaneceu em patamar elevado, em torno de 37,4% do PIB. A RI Tocantins também cresceu discretamente para 15,7% e o Pará para 13%, mas ainda muito abaixo dos níveis registrados em Cametá. A manutenção desse percentual elevado sugere que o município consolidou um padrão de dependência significativa do setor público na composição de sua atividade econômica, o que traz tanto oportunidades, quanto riscos, caso haja desequilíbrios fiscais ou retração de transferências governamentais (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Cametá x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2021, a taxa de acesso à banda larga fixa em Cametá apresentou crescimento muito tímido, partindo de 0,5 para cerca de 0,8 pontos por 100 habitantes. A Região de Integração (RI) Tocantins também registrou crescimento, embora em ritmo mais acelerado, passando de 1,6 para 2,3 pontos, enquanto o estado do Pará evoluiu de 4,9 para 7,2 pontos no mesmo período. Esses dados mostram que, embora haja expansão no acesso à internet, Cametá iniciou o período em posição bastante desfavorável em comparação às médias regional e estadual, evidenciando uma exclusão digital significativa (Gráfico 31).

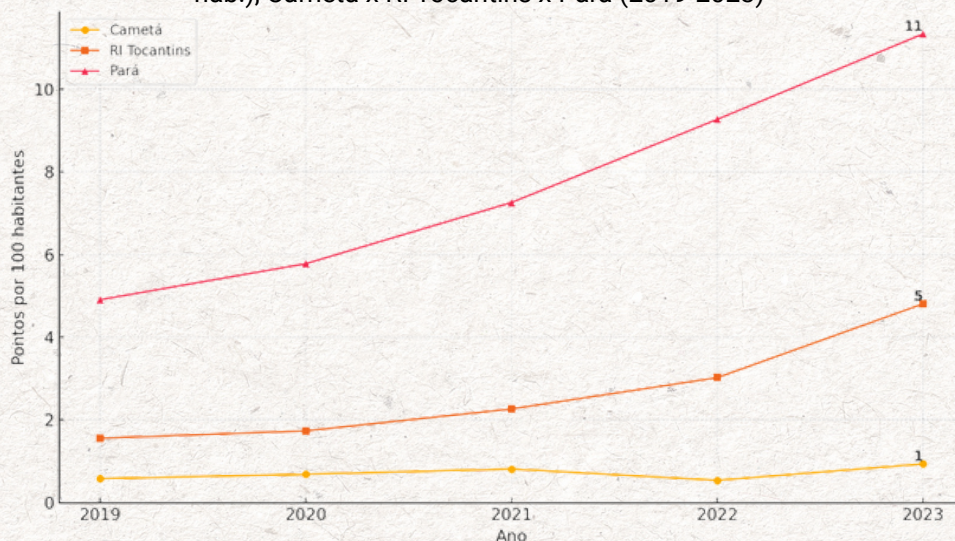
Em 2022, Cametá apresentou uma pequena redução, caindo para 0,6 pontos por 100 habitantes, contrastando com o avanço contínuo da RI Tocantins e do Pará, que atingiram respectivamente 3,1 e 9,3 pontos. A queda no município pode estar relacionada a dificuldades estruturais, como a falta de investimentos em infraestrutura de telecomunicações, ou ainda ao impacto econômico da pandemia de COVID-19, que limitou a capacidade de ampliação da rede de internet fixa, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos (Gráfico 31).

Em 2023, Cametá apresentou

uma leve recuperação, alcançando 1 ponto por 100 habitantes. Embora essa recuperação seja positiva, o município permanece bastante distante dos patamares da RI Tocantins (5 pontos) e do estado do Pará (11 pontos). Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas privadas que ampliem o acesso à internet de qualidade em Cametá, condição fundamental para inclusão digital, acesso a serviços públicos, educação à distância e fortalecimento da economia local em uma sociedade cada vez mais conectada (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Cametá x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



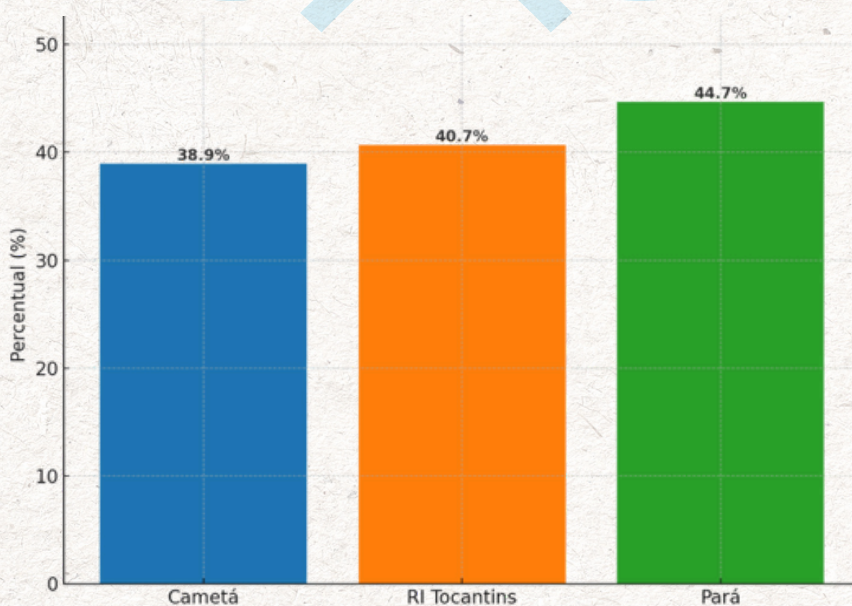
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Cametá** registrou um IDS de **38,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Cametá x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



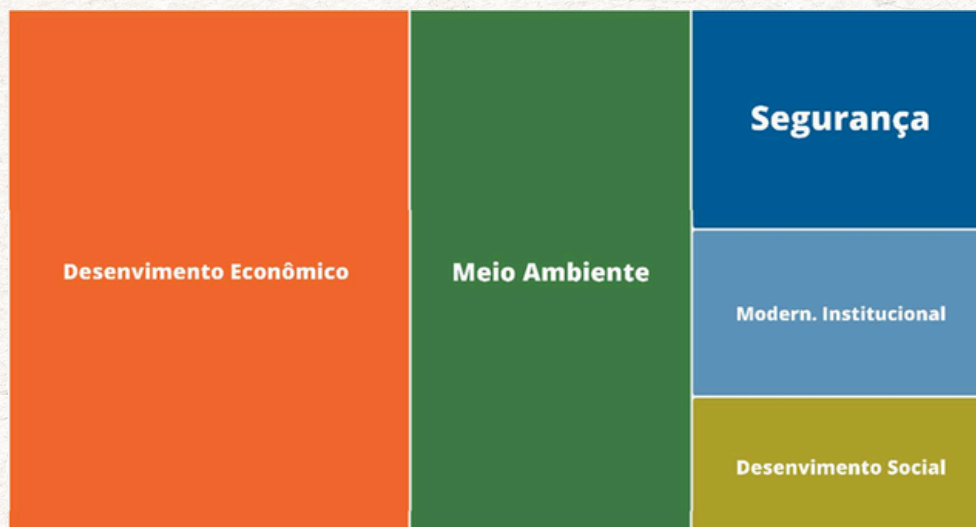
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



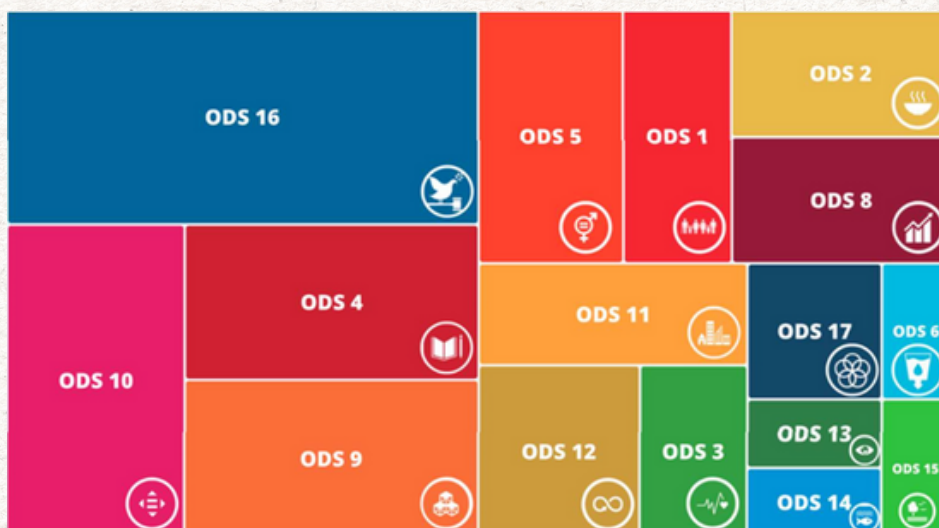
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

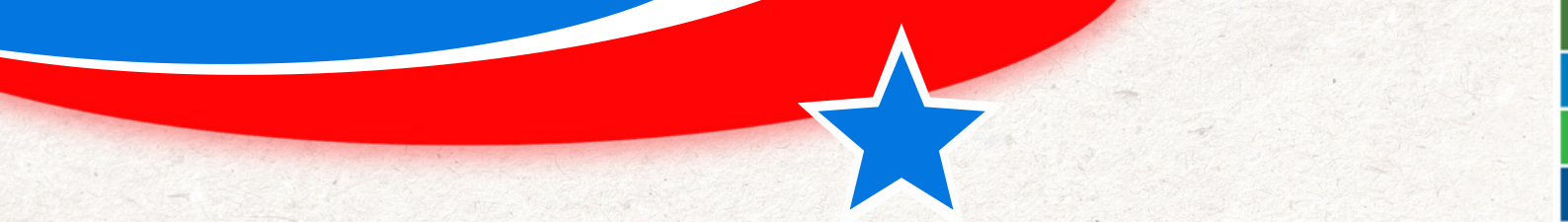
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





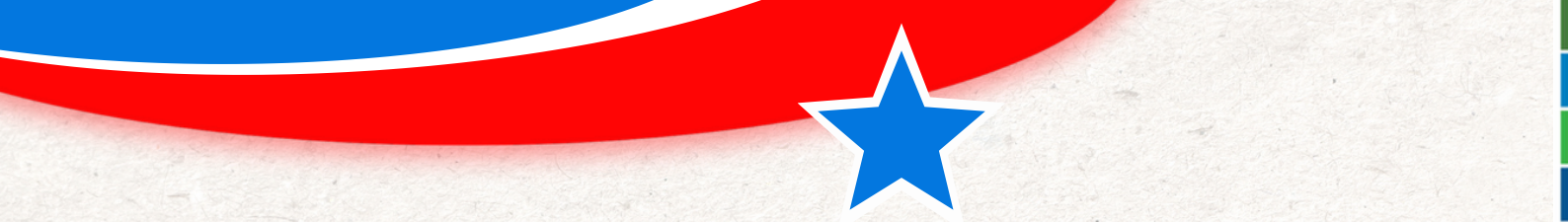
Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

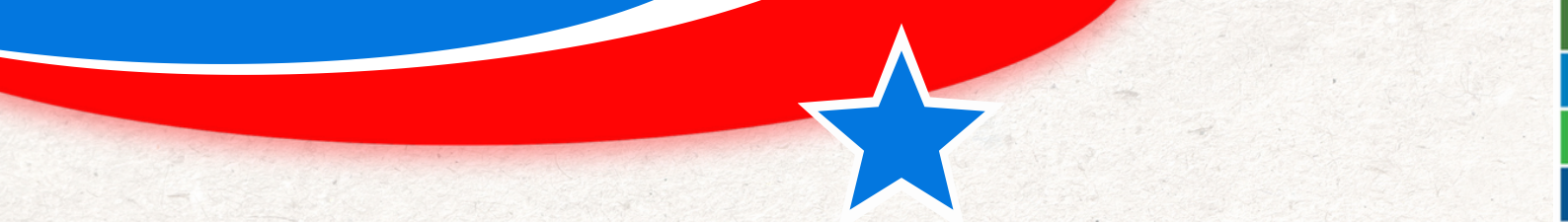
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

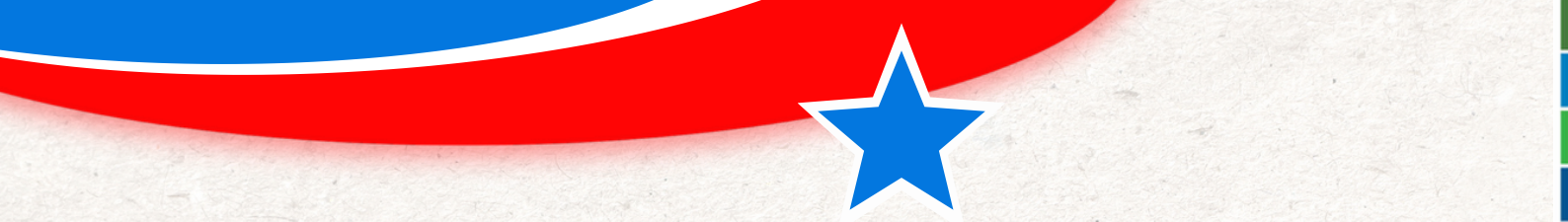
is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Cametá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Cametá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

